eco utopia

dossier de Ecologia Social

5

UTOPIA

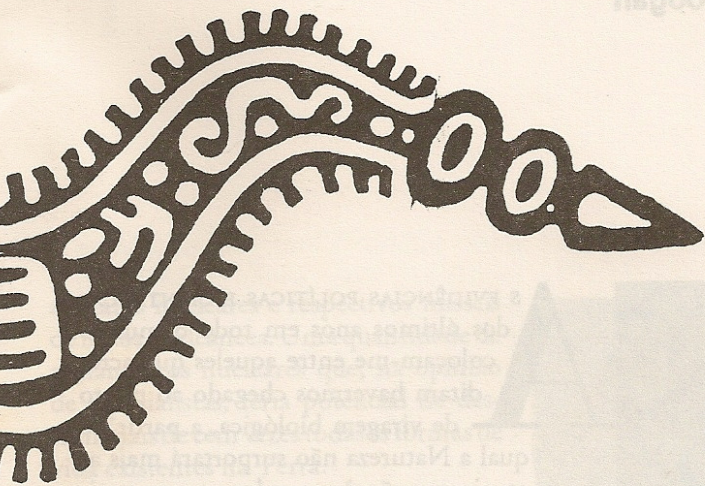
Nº 5 - Junho de 1992
Número dedicado a
Ecologia Social

A edição é realizada seguindo práticas autogestionárias. Os artigos publicados não refletem necessariamente, o estrito pensamento do coletivo.

Desejamos criar um espaço onde idéias sejam discutidas de forma libertária

Correspondência
Grupo UTOPIA
Caixa Postal 15001
CEP 2155
Rio de Janeiro - Brasil

Projeto gráfico e diagramação
ComunArte e EDIÑOR
Montevideo - Uruguai

Apresentação

No momento em que a chamada "questão ecológica" parece ter sido incorporado definitivamente como um dos eixos básicos para a discussão de uma nova ordem mundial que possa lidar com as recentes alterações no cenário político e econômico, consideramos prioritário divulgar uma vertente de pensamento que ao contrário das correntes ambientalistas tem obtido muito pouco espaço para suas analises e propostas.

Estamos falando da Ecologia Social, que encara os problemas ambientais não como um fenômeno isolado mas sim como uma das feridas abertas do gradativo esvasiamento de poder e autodeterminação dos homens nas sociedade ditas modernas. Os textos que se seguem retomam a discussão da exploração do indivíduo pelos interesses político/econômicos e estabelecem um paralelo com a exploração do meio ambiente por esses mesmos interesses.

A revista UTOPIA é uma publicação de expressão anarquista e, de uma forma ou de outra, o movimento anarquista tem constituído, ao logo da história da civilização ocidental, um foco permanente de resistência a formas autoritárias de organização e tem procurado encontrar saidas comunitárias ou individuais que garantam a preservação da liberdade e autonomia. Nesse sentido, nosso esforço com essa publicação é o de introduzir uma visão libetária á discussão ecológica e evidenciar que a busca de alternativas para o impasse em que a humanidade foi lançada passa necessáriamente por uma reflexão profunda sobre novas formas de estruturação da vida social e da produção que garantam a manutenção do equilibrio com o meio ambiente e permitam o pleno exercício da liberdade e originalidade humanas.

A farsa ecológica

por Roberto Freire

extraido do livro *A Farsa Ecológica*, Ed. Guanabara Koogan

As evidências políticas e científicas dos últimos anos em todo o mundo colocam-me entre aqueles que acreditam havermos chegado ao ponto de viragem biológica, a partir do qual a Natureza não surportará mais as atuais agressões à sua ordem, ao seu equilíbrio e à sua essência.

Houve o tempo em que vivíamos sob o pânico ecológico produzido apenas pela guerra fria entre o Estados Unidos e a União Soviética, que poderia resultar em explosões nucleares em cadeia sobre os dois países e conseqüentes radiações que contaminariam mortiferamente o mundo todo. Percebe-se hoje o quanto esse pânico desviava nossa atenção de outras e tão graves agressões ecológicas, mas de efeito retardado e lento, que também vinham sendo cometidas. Agressões apenas suspeitadas por nós, pois foram sempre não só minimizadas como justificadas pela "importância compensadora" do desenvolvimento tecnológico da época.

Agora, porém, tais agressões tornaram-se indisfarçáveis e tão apavorantes como as então prováveis explosões nucleares em cadeia. As explosões podem ainda ser evitadas, mas as agressões estão em curso há muito tempo e não se percebem sinais consideráveis de que possam ser rapidamente atenuadas ou interrompidas. Suas conseqüências se manifestam claramente, não sendo mais possível à Ciência e à Mídia mantê-las ocultas da opinião pública mundial. Posso me referir, por exemplo, à divulgação recente da real gravidade do efeito estufa e da destruição da camada de ozônio na atmosfera.

A reação dos homens (não falo dos governantes) à ameaça atômica nunca se manifestou de modo radical e universal, o que, evidentemente, fez aumentar sempre mais a já enorme quantidade de

artefatos nucleares e respectivos mísseis de todos os alcances. Uma quantidade de armamentos nucleares que, na opinião de especialistas, teria potencial de destruir mais de cem vezes todas as formas de vida existentes na Terra.

As outras agressões ecológicas a que me referi, essas de efeito retardado, continuam a ser praticas sem que as populações também se manifestem por si próprias, na forma de ação direta, exigindo de seus governos uma atitude radical e definitiva a respeito. Não importa onde fosse iniciada, essa luta certamente contagiaria os cidadãos conscientes de todo o mundo.

Nada de vulto, entretanto, acontece, e continuamos em pânico, calados e imobilizados. Porém aí surgiu a Rio 92 que, embora convocada pelos governantes, oferecia-nos condições propícias para atitudes extra-oficiais, sobretudo as populares e diretas. Atitudes, para mim, absolutamente necessárias, pois não se pode esperar que os governantes de países capitalistas queiram por eles mesmos chegar ao fundo da questão ecológica, como foi definido sintética e objetivamente por Murray Bookchin, pensador e ecologista norte-americano: "Os desequilíbrios causados no mundo natural têm sua origem nos desajustes do mundo social."

Os desajustes do mundo social contemporâneo derivam quase que exclusivamente do capitalismo e do que já foi socialismo autoritário. Como este último não existe mais, transformado que foi também em capitalismo, os participantes oficiais da Rio 92 teriam de reconhecer (o que me parece impossível) que a exploração e destruição do homem pelo homem é e sempre será a causa da exploração e destruição da Natureza. Assim, se fossem guiados pela coerência ética, bem

como pela verdade histórica e científica, os governos capitalistas teriam de propor o fim do capitalismo como a única forma real e eficaz de ser evitada a prevista catástrofe ecológica, definitiva e irreversível.

Minha tese é: sendo evidente que a Rio 92 não iria ao fundo da questão ecológica e que toda a sua organização pela ONU não passava de uma farsa dos governos capitalistas, se nos submetêssemos a ela seria certamente pela última vez. Porque, depois, não haverá mais farsas nem capitalismo e muito menos vida. Como evitar isso? Será que as organizações não-governamentais (ONGs) participantes da Rio 92 teriam acesso não só às discussões fundamentais mas, principalmente, às decisões fundamentais? E como evitar, por outro lado, que todas as ONGs consigam permanecer livres de infiltração e influência dos governos capitalistas para poder exercer papel independente e radical, traduzindo a vontade real das pessoas e das idéias que representam? Se levarmos em conta o que algumas dessas organizações afirmaram e firmaram nos encontros do Comitê Preparatório, em Paris e Nova Iorque, há total oposição entre os seus pontos de vista e objetivos e os das instituições que representam os países capitalistas do hemisfério norte. Chegou-se a discutir até o boicote à Rio 92.

Quem desejar entender as intenções do estado, seja ele qual for, bem como saber quais são as suas estratégias de ação, bastava ficar atento à ação da mídia nacional e internacional, tanto na fase de preparação e formação de opinião pública para a Rio 92, quanto depois, na divulgação das decisões. Ele vai garantir o apoio emocional e psicológico do público, iludindo e massificando por meio dos jornais, rádio, revistas e televisão sob seu comando.

Mas por que tanta desconfiança e tanta preocupação com o papel dos gorvenos e de suas mídas? Por uma única e simples razão: a ONU, comandada pelo capitalismo, e seu atual parceiro, que foi o socialismo autoritário, são os responsáveis por todos os crimes ecológicos cometidos neste século. Para evitar a perpetuação dos crimes, a solução seria, é bom repetir, que os governos do hemisfério sul e as ONGs condenassem o capitalismo do hemisfério norte como inviabilizador da vida no planeta. Mas isso, claro, se a Rio 92 tivesse sido idealizada visando honestamente evitar o apocalipse ecológico.

Ecologia alternativa: aprendendo com os Indios Tupi

por Victor Fuks

O nível de sofisticação e desenvolvimento tecnológico alcançado pelas civilizações ocidentais contemporâneas constitui algo admirável e de grandes proporções. O controle de várias forcas e fenômenos naturais, a ênfase no individualismo, o culto quase ritualístico ao estimulo de "progressos," quantificações analíticas e resultados práticos, nos afetam em todos os sentidos,surpreendendo até Bacon, o criador desta filosofia. O impacto de diversas "maravilhas tecnológicas" indubitavelmente se faz sentir em nosso dia a dia. Essa ideologia acoplada ao sistema capitalista, cria uma constante geração e acúmulo de riquezas, distribuição desigual de diversos recursos, dominação, exploração, superpopulação, poluição e outros "subprodutos." Como resultado, tais "maravilhas" perdem sua aura especial e passam a nos ameaçar, tornando-se "monstros" dos quais temos dificuldade de escapar. Estas ameaças não se restringem apenas à civilização Ocidental -que as criou- mas se estendem a outros povos, em outras regiões, eventualmente ameaçando a própria sobrevivência da vida, na terra.

Praticamente tudo o que fazemos, nossas opções e até mesmo criações estão ligadas a essa complexa estrutura, independente de nossas intenções. Este texto, por exemplo, está sendo escrito em um computador que por si só sintetiza parte do processo tecnológico. Este, por sua vez, se relaciona às tecnicas de impressão, diagramação e distribuição da revista Utopia que, eventualmente, chega às mãos dos prezados leitores e, assim, por diante. As fábricas de computadores, acessórios etc. se relacionam em um complexo sistema econômico, do qual também fazemos parte. Deste sistema surgem diversos produtos que utilizamos em nossas vidas mas, ao mesmo tempo, geram-se problemas diversos como poluição e eventuais explorações capitalistas. Assim sendo, nos vemos em uma situação paradoxal, pois, se de um lado, apreciamos grande parte dos implementos tecnológicos, frutos de nossa civilização, por outro, nos achamos presos a esta maquina "deliciosa" e "terrível", ao mesmo tempo. Como usufruir dos diversos implementos tecnológicos sem que nos tornemos vítimas de um sistema perverso e nocivo? As alternativas demandam modelos ainda mais complexos, pois não seria desejável e suficiente abandonarmos nosso conforto e prazeres cosmopolitanos -ou não-, para irmos viver isoladamente, em regiões remotas ou entre sociedades que não interagem com

Guarani

o sistema ocidental. Movimentos sociais independentes que encararam este problema lograram apenas sucesso limitado, como no caso das fazendas socialistas Kibutz em Israel e as comunidades e atividades ligadas ao movimento da contra-cultura, nos Estados Unidos (Zicklin 1983). O isolamento também se torna praticamente impossível, pois o impacto ocidental se faz sentir, nas regiões mais remotas do planeta, como por exemplo, entre tribos Amazônicas, Africanas e Asiáticas, mesmo antes destas sociedades estabelecerem contato direto com a nossa sociedade. Um exemplo dessa questão refere-se ao uso de objetos metálicos e outros produtos industrializados por comunidades indígenas isoladas na Amazônia. Quando certos grupos indígenas foram "oficialmente" contactados pela FUNAI, vários indivíduos já dispunham de facas, sandálias de plástico e tecidos diversos. Estes foram adquiridos por contatos intermediários, ou abandonados por garimpeiros e viajantes.

A posição "ecológica" sugerida por Bookchin merece maiores considerações, uma vez que nos fornece um modelo teórico e não simplista. Neste modelo, o conceito de ecologia social propicia uma forma balanceada de relação entre todas as espécies biológicas e diversos fenomenos naturais e, ao mesmo tempo, considera a viabilidade de implementação deste processo de equilíbrio ecológico, através do uso de tecnologia. A visão de Bookchin envolve fatores e processos adicionais que consideram a complexidade dos fenômenos sociais e naturais em suas formas globais (holísticas) e interrelacionadas. Uma das virtudes do modelo de Bookchin é a consideração de fatores não diretamente ligados a imediata sobrevivência biológica de cada indivíduo, ou à visão utilitária e funcionalista de cada atividade humana, pois afinal fazemos mais do que simplesmente procurar alimentos e buscar proteções a fenômenos naturais. Bookchin refere-se às "sensibilidades preliterais" características de certas sociedades tribais. Os esparcos dados antropológicos contribuem pouco para engrandecer a argumentação do autor, dando a impressão de uma visão utópica e romantizada destas sociedades. Ou seja, faltam dados para demonstrar a transição das "sensibilidades preliterais" para as "sociedades orgânicas, com intensa solidariedade interna e com a natureza" (Bookchin 1982:44). As idéias de Bookchin poderiam adquirir maior relevância se pudessem ser testadas ou investigadas em contextos sociais específicos, para terem um profundo impacto em nosso "modus vivendi". Neste artigo,

procuro continuar o diálogo proposto por Bookchin, com exemplos específicos de uma sociedade tribal.

A seguir, tentarei abordar uma alternativa não tão utópica, pois vem sendo utilizada, com relativo sucesso e há séculos por comunidades indígenas amazônicas e, em particular, entre os Indios Tupi Guarani (Fuks 1989, Hill 1984, Kracke 1981). Este modelo de interação social e ecológico, longe de ser simplista, envolve interações diversas, em níveis diferentes e, ao mesmo tempo, preserva a individualidade de cada membro da sociedade. Nele a importância de bens materias se torna irrelevante e secundária às artes e às emoções. Com isso, deixa de existir a noção ocidental de acúmulo de bens ou capital, que por sua vez, gera um ciclo hierárquico, com diversas relações desiguais. Evidências etnográficas ajudam a identificar este sistema entre as tribos Waiapi. Para os indivíduos dessa sociedade não há importância material e acúmulo de bens. A irrelevância da noção de acúmulo de bens pode ser evidenciada pelo fato dos Waiapi contarem apenas até 4. Tudo além de 4 cai na categoria genérica e distante chamada "iro ironte" que seria traduzível por nossa noção de "muitos".

Através dos meios de expressão artística, cada indivíduo aprende a conviver harmonicamente em grupo e com a natureza, mas mantendo sua individualidade a níveis dificilmente alcansáveis, no ocidente. Nestes contextos artísticos e de caráter festivo, cada indivíduo pode encontrar-se em situações nas quais cada um se relaciona entre si e com outras espécies de animais, insetos e peixes (Fuks 1989). Ao invés de perpetuar a visão ocidental de "dominação da natureza e desafios ao Cosmos," que por si só reflete a dominação da humanidade pela humanidade, o modelo Tupi-Guarani procura incorporar diversos conhecimentos sociais e naturais, de forma interativa. Neste, todos os indivíduos se relacionam entre si e com outras espécies. É importante frizar que estas relações mantêm um equilíbrio dinâmico no qual todos estão no mesmo plano, tanto no meio social quanto entre os Waiapi e outras espécies. Em diversos contextos, percebe-se a visão cíclica de complementariedade biológica, onde certas espécies protegem outras e geram produtos necessários para a sobrevivênica humana e de outras espécies. No ecosistema da aldeia onde se relacionam diversos indivíduos, de idéias, sexos e idades diferentes, existe também uma certa harmonia com o solo que lhes proporciona os alimentos e outros bens, com os rios e florestas, e com as diversas espécies que neles habitam.

Há vários anos, venho pesquisando uma pequena sociedade tribal no Amapá que emprega um sistema social compatível com as prioridades e dilemas individuais e sociais, mantém uma estreita relação com a natureza, estimula prazeres e diversas emoções. Trata-se da comunidade Indígena Waiapi, que pertence ao grupo lingüístico Tupi-Guarani. Os Waiapi vivem entre Brasil e a Guiana Francesa, sendo que meus estudos se concentram nas comunidades do Amapá que totalizam pouco mais de 300 habitantes. Estes, por sua vez, se dividem em diversas aldeias independentes e distantes várias horas ou dias entre si. O modelo social Waiapi possui ainda espaço para maiores subdivisões, com casas construídas em várias localidades e freqüentes migrações. A importância da fissão social se estende a outras comunidades Tupi-Guarani, como é o caso dos Indios Arawete (Viveiros de Castro, 1986). Este modelo não apenas cria as condições necessárias para contornar possíveis conflitos mas funciona, também, como forma de administração agro-florestal, ou seja, os recursos naturais de uma determinada região podem manter indefinidamente um determinado grupo de indivíduos. Em casos de explosão populacional estes recursos passam a ser utilizados ao extremo, causando sua exaustão e, freqüentemente, profundas mudanças no ecosistema. Especialmente na Amazonia, que se caracteriza por solos inadequados à agricultura de larga escala, a necessidade de se utilizar modelos que preservam a diversidade biológica e evitam a extinção de espécies, apontam cada vez mais para as soluções e técnicas desenvolvidas por sociedades tribais da região. Um certo equilíbrio populacional e demográfico, em uma determinada região, pode ser alcançado sem que seja necessário explorar o meio ambiente ao extremo, como demonstram os índios Waiapi.

Além do aspecto relativo a conhecimentos gerais da natureza amazônica, os Waiapi são encorajados a criar novas formas de expressão para serem compartilhadas, durante as festas coletivas. Esta expressão artística freqüentemente possui a função de ensinar à comunidade em geral aspectos do comportamento de certas espécies e de fenômenos naturais, gerando benefícios e, ao mesmo tempo, estimulando a

liberdade artística e expressiva de cada membro da sociedade. Complementando a relação com o domínio natural, as festas coletivas dos Waiapi possuem, também, a possibilidade de acessar ou aumentar o conhecimento do domínio sobrenatural. Note-se que estes conhecimentos embasados em tradições orais e transmitidos de geração em geração permanecem flexíveis, podendo incorporar também os espíritos dos ancestrais Waiapi, novas espécies de peixes, insetos e animais, mudanças no seu comportamento e suas relações com os Waiapi. Como no meio natural e social, o meio espiritual também permanece flexível e ágil o suficiente para incorporar modificações das mais diversas.

Como veremos a seguir, os diversos mecanismos sociais, ecológicos e emocionais se relacionam e fazem parte de um complexo que cria um certo "ethos" dos Waiapi (Bateson 1980). Para podermos entender como estas três dimensões (social, ecológica e emocional) se relacionam, é importante que observemos aspectos gerais da sociedade Waiapi, suas estruturas, conceitos e mecanismos diversos.

A estrutura social dos Waiapi basicamente envolve famílias nucleares, grupos locais, liderança descentralizada e relações concretas e subjetivas entre si, com espíritos diversos e com outras espécies de animais, peixes e insetos. Como foi dito, anteriormente, os Waiapi vivem em grupos locais indentificados por conexões com uma certa região e relações diretas com um lider. Este, por sua vez, não assume a posição hierárquica que o termo significa em nossa sociedade, e refere-se principalmente ao fato de este "líder" ser uma pessoa de conhecimento. Na sociedade Waiapi, só existem especializações para os líderes das aldeias, os shamas e os "organizadores de festas," sendo que todas estas posições possuem caráter transitório e negam qualquer forma de hierarquia ou possível dominação. Esta sutil separação de classes relaciona-se mais a um processo de socialização de conhecimento. Como enfatizam os Waiapi, os alunos de cada festa serão os professores das futuras gerações.

O líder de uma aldeia, segundo os Waiapi, é aquele que "achou um lugar" e que, por meio de relações familiares e demonstração da validade de seu conhecimento, pode atrair um grupo de famílias nucleares para uma certa região. O conhecimento do líder refere-se, principalmente, a fatores ecológicos que propiciam a escolha de solos adequados à agricultura, à falta de formigas e a outras espécies prejudiciais ao cultivo, bem como a fartura na caça, pesca e uso de demais recursos naturais (Fuks 1989). Este lider é, também, aquele que possui um vasto repertório de canções utilizadas nas festas coletivas (Fuks 1988). Estas canções não apenas representam mas freqüentemente descrevem características e propriedades ligadas às espécies honradas em cada festa. É importante frisar que a liderança Waiapi possui caráter passageiro e que, nas festas coletivas, todos os indivíduos são encorajados a serem "líderes" em performances diferentes. Desta forma, o conceito de liderança passa a ser diluído entreí todos os membros da sociedade, o que eventualmente estimula níveis igualitários e desencoraja hierarquizações. Com isso, e com a ausência de posições dominadoras, a sociedade Waiapi cria um modelo neutro e interno que, por sua vez, será refletido na visão não antropocêntrica dos Waiapi e suas relações com outras espécies. Em nível de comunidade, o líder nunca ordena nada a ninguém mas, através de uma retórica sofisticada, pode ou não persuadir certos indivíduos a fazerem o que ele deseja. Este aspécto de liderança é generalizável entre comunidades Tupi Guarani (Kracke 1978, 1981, Viveiros de Castro, 1986). Crianças podem recusar pedidos

de favores feitos por adultos, bem como homens e mulheres de idades diferentes nunca são forçadas a aceitarem ou fazerem nada para ninguém. Tais "favores" são feitos por livre e espontânea vontade, estimulados apenas pelo uso de técnicas de sedução e persuasão oral.

Durante as festas coletivas, esta liderança flexível se torna ainda mais aparente, com o resultado gradual de uma performance simultânea de diversos instrumentos musicais e vozes, levando a uma "cacofonia" ou polissincronia multissensorial envolvendo música, dança, caxiri (cerveja de mandioca), pintura corporal, ect. (Fuks 1988, 1989). Nesta estética, que funciona paralelamente a outros sistemas, cada indivíduo pode tocar ou cantar o que bem entender, seguindo apenas a estrutura básica de cada festa. Tais festas coletivas podem envolver um grande número de participantes, podendo até serem estendidas a outras aldeias. Em uma ocasião quatro aldeias organizaram um grande evento em reverência ao peixe paku açu. Em alguns casos, porém, apenas um pequeno número de participantes realizam festas coletivas, com o mínimo registrado envolvendo apenas três participantes. A importância destas festas e da música ,em geral, torna-se aparente quando observamos que elas constituem a atividade à qual os Waiapi dedicam a maior parte de seu tempo (Fuks 1989). Mesmo a agricultura somada às outras atividades de subsistência totalizam um número menor de horas. Alem de nos surpreendermos como os Waiapi podem se dar a esse luxo, ficamos perplexos, ao tentarmos entender como e por que as festas coletivas adquirem tamanha importância.

Uma razão para tanto refere-se a uma certa consciência ecológica (se usarmos nossos termos) refletida nestes eventos e aliada à possibilidade de expressar e sentir diversas emoções. Estes conhecimentos ecológicos e a expressão de emoções adquirem, também, um caráter didático, ilustrando-os às futuras gerações. A importância das formas de expressão orais em sociedade "preliteradas" não deve ser subestimada. Portanto ás festas dos Waiapi adquirem uma certa função de ensino, em uma atmosfera prazeirosa que, freqüentemente chega ao extase. Estes aspectos (sociais, ecológicos e emocionais) e suas interações ficam mais claros se observarmos detalhes da festa do mangengan, uma dentre as várias comemorações Waiapi.

A abelha mangangan aparece em grande número, no iníco da estação das chuvas, época que indica transformações marcantes na floresta amazônica, o início do plantio e atividades agricolas subsequentes. A relação entre o complexo natural e ecológico com o modelo de organização social dos Waiapi e dos mangangan, é refletida nesta festa. Isto ocorre, após os participantes terem chamado os "mangangan", através de danças e canções alternadas com os sons das flautas chamadas "mangangan ra'anga". O termo ra'anga indica uma certa imitação auditiva e multissensorial das espécies representadas. Para cada festa coletiva, os Waiapi fazem novos istrumentos músicais que, por sua vez, pertencem à classe também chamada ra'anga. As flautas da festa do mangangan são chamadas mangangan ra'anga, e as da festa do jaguar (onça) jawarun ra'anga. Com a chegada dos mangangan, os participantes se transformam neste "outro" e passam a agir de acordo com as características próprias, no caso, o mangangan. Uma dessas características é representada pela picada de "abelhas" que assume uma relação metonímica, pois um cinto de palha com formigas é colocado em volta dos participantes e dos membros da audiência.

Outra modificação no comportamento regular Waiapi (humano), passando para o comportamento dos mangangan (inseto), e' indicada pela forma com que a cerveja de mandioca é servida aos participantes. Convém frisar que todas as festas coletivas dos Waiapi são marcadas, também, pelo consumo de cerveja de mandioca ou caxiri. As festas são avaliadas pela quantidade e qualidade da cerveja. Nestas, emerge sempre a pessoa do "caxiri jara" ou dono da cerveja caxiri. São suas esposas que preparam e servem o caxiri, durante as festas, seguindo uma etica elaborada e organizada no preparar e servir, de acordo com o conhecimento de cada participante sobre o tema (como por exemplo o mangangan) de cada festa (Fuks 1989). Após a transformação em mangangan, os Waiapi adquirem uma "licença artística" e, teatralmente, passam a beber o caxiri direto de um pilão e de forma aleatória. Assim sendo, as abelhas vivem, cantam, dançam e bebem caxiri, de maneira diferente dos Waiapi, mas os Waiapi se mostram dispostos a aprenderem algo com os mangangan, e fazem isso, usando todos os sentidos. Se não bastasse o efeito catártico das festas coletivas, cada participante pode reinterpretar o "cenário natural" e agir, de forma não usual. Estas formas não Waiapi, podem então ser testadas por indivíduos ou pela comunidade e, dependendo de sua validade pratica, podem vir a ser incorporadas à sociedade Waiapi, já que esta propicia espaço para constantes modificações.

Uma lição exposta na festa do mangangan se relaciona ao fato de as

abelhas serem atraídas pelo cheiro e beleza visual de certas flores, que passam a ser abundantes na epoca das chuvas. Desta forma, em uma seção da performance, os participantes dançam com um buquê de flores. A seguir, as mulheres ou parceiras de cada participante recolhem estes buquê. Segundo os Waiapi, isso e' a 'forma utilizada pelos mangangan que, após recolherem o néctar das flores, levam-no à sua "casa", passando-o para suas famílias e amigos.' Neste caso, observamos a visão não antropocêntrica dos Waiapi, que observam o comportamento das abelhas e suas relações complementares com as flores. O efeito

da polinização simultâneo à extração do néctar das flores pelas abelhas, e' representado através da música, dança e representações visuais, olfativas e táteis. Tudo isso ocorre em uma atmosfera festiva, com muitas gargalhadas, reflexões e comentários sobre as "coisas de mangangan" que somados a um efeito quase anestésico da música, dança e caxiri gera

Segundo os Waiapi, a onça representa o pajé em sua eterna liminalidade entre os domínios humanos e espirituais. Tanto a onça quanto o pajé possuem poderes supernaturais que os distinguem dos outros. Tais poderes podem ser utilizados para o bem ou o mal dos Waiapi e de outras espécies de animais, peixes e insetos.

a interdependência e complementariedade de fatores sociais, emocionais e ecológicos. Neste complexo ecosistema, os Waiapi apenas contribuem com uma pequena parte sem se sobressaírem aos demais, ajudando-se uns aos outros.

CONCLUSÕES

um contexto marcado por fortes emoções. Ao mesmo tempo, festas como a do mangangan, ilustram como um grande ecosistema composto de diversos fatores se relaciona a um complexo "drama social". Neste modelo o homem não é apenas um simples ator, mas interage em termos de igualdade com outras espécies. Esta mesma atitude se reflete na forma não hierarquizada de organização social dos Waiapi. O poder quando emerge e permanece por muito tempo é ridicularizado e passa a ser repudiado (Clastres 1979, Fuks 1991). Isto acontece na realidade com a temível e venerável onça (tambem honrada, na festa do jawarun).

Assim sendo, as festas coletivas dos Waiapi se encaixam com outras instituições liberalizantes que, ao mesmo tempo, criam uma forma auto-suficiente e descentralizada de organização social, semelhante à "ecologia da liberdade" sugerida por Bookchin (1982). Esta auto-suficiência, aliada à ênfase na criatividade artística, estimula a individualidade entre os Waiapi, mas considerando sempre o equilíbrio social na aldeia, o equilibrio em relação a outras culturas e sociedades, o equilíbrio com outras espécies e espiritos, criando um super "multiecosistema global". Volto a frisar a complexidade deste sistema que, de maneira sutil, preza

As diferenças entre nossa sociedade industrial e a sociedade tribal dos Waiapi são evidentes e transplantar um modelo de um contexto para outro tende a ser impraticável. Mas, se observarmos nossas aspirações e necessidades básicas (incluindo não apenas nossa sobrevivência em termos de alimentação, moradia, desejos sexuais e outros) passamos a observar um número de semelhanças com os Waiapi. É importante frisar que a sociedade Waiapi não vive em um paraiso idealizado pela visão romântica criada sobre certas sociedades tribais. Os Waiapi freqüentemente se vêem forcados a enfrentar crises e catástrofes sociais e ecológicas. De

maneira análoga ao nosso conhecimento prático das condições climáticas, meteorológicas e geológicas, incapaz de prever com exatidão e evitar enchentes, terremotos e furacões, o conhecimento Waiapi também é vítima de erros e de elementos indeterminados. A suscetibilidade a doenças diversas e a capacidade parcial de curá-las ou controlá-las é outra semelhança entre a nossa sociedade e a dos Waiapi.

Apesar das semelhanças e diferenças entre nossa sociedade e a dos Waiapi, algumas sugestões de formas alternativas de controle ecológico, social e emocional podem ser inferidas. Creio que várias destas sugestões são perfeitamente compativeis com nossos modelos e nos permitem encarar certos problemas sociais, econômicos, e ambientais, bem como as crises de razão, economia e ciência apontadas por Theodore Adorno, Karl Marx e Max Webern. Estas sugestões focalizam-se em ideias Waiapi que se assemelham ao modelo da ecologia social proposto por Bookchin e se ajustam as nossas necessidades e aspirações:

1. Manter um equilíbrio com aqueles que fazem parte de nosso "milieu" e com os quais interagimos regularmente, e com o meio ambiente em geral. De certa forma, vivemos nestas condições buscando tais equilíbrios, mas nos concentramos em nossos pequenos e isolados microcosmos. No modelo Waiapi, não apenas nossas relações com familiares e amigos mais próximos se mostram necessárias mas em um amplo contexto socio-ecológico. Neste modelo homeostático relativo existe espaço, também, para possíveis conflitos, suas resoluções, separações e eventuais interações. A relação refletida na consciência ecológica mais ampla pode ser esclarecida se observarmos a relação metafórica que mantemos com animais de estimação. O mesmo afeto e falta de exploração que demonstramos com nossos animais de estimação podem ser estendidos a outras espécies das quais usufruimos os subprodutos. Com moderação, podemos continuar a utilizar estes benefícios sem impor, subjugar, explorar e dominar "outros", humanos ou não.

2. Interação: Combinar os três elementos básicos do ethos Waiapi - igualdade social, consciência ecológica e liberdade emocional - constitui algo que podemos aprender. Segundo a abrangente "Ecologia Social" de Bookchin, existe uma certa compatibilidade entre possíveis igualdades sociais e consciências ecológicas, unidas pela falta de exploração e dominação, seja ela intra ou extra humana. Como vimos antes, no modelo Waiapi, isto também ocorre, mas para manter a sociedade em sua vitalidade plena é necessário um certo "tempero" a ser compartilhado por todos. Este "tempero" emerge justamente das emoções expressadas nos contextos artísticos, e levando junto um corpo de conhecimento que, por sua vez, reenfatiza as relações sociais igualitárias e as diversas formas de interação com o meio ambiente e com outras espécies. Esta visão não antropocêntrica, até nas sensações daquilo que consideramos marcadamente humano (emocões), mais uma vez afirma a falta de hierarquia na sociedade Waiapi, tanto internamente quanto em relação às outras espécies. Esta visão interativa poderia ser aplicada à nossa sociedade, de maneira análoga a uma grande orquestra, sem maestro e tocando uma grande sinfonia composta (de maneira não dogmática) ou improvisada por todos. Nesta grande orquestra, para que se faça música em conjunto, é necessário passar por processos e experiências semelhantes à afinação dos instrumentos musicais. Cada um se coloca à disposição, para ceder um pouco, até que se encontrem em um denominador comum, para então poderem expressar sua arte e, eventualmente chegarem a um estado de equilíbrio ou "communitas". Assim sendo, aplicando o modelo Waiapi, poderiamos tocar outras músicas com os temas que enfatizam a "harmonia" ou interação entre as consciências sociais e ecológicas e os "temperos" emocionais.

Minha intenção, neste artigo, foi mostrar a viabilidade de um modelo social utilizado por uma pequena sociedade tribal Amazônica. Através de forças socioculturais, pode-se criar uma sociedade que mantem um equilíbrio entre seus membros e em relação a outras espécies e ao meio ambiente. Nesse modelo interativo todos possuem liberdade para fazerem o que quiserem, mantendo suas individualidades e, ao mesmo tempo, considerando as formas de interação com "outros". Assim sendo, a expressão de emocões assume posição essencial no modus vivendi", e se relaciona com o conhecimento social e ecológico. Assim sendo, podemos aprender a ser índio e refletir sobre as idéias Waiapi, com resultados benéficos para todos.

Referências

Bateson, Gregory. 1980 Steps Towards an Ecology of Mind. San Francisco: Chadler Pub. Co.

Bookchin, Murray. 1982 The Ecology of Freedom: An Eminent Social Thinker's Provocative Vision of a Free Society in Harmony with Nature.

Clastres, Helen 1978 Terra sem Mal: O Profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: ditora Brasiliense. Original in French published in 1975.

Clastres, Pierre 1978 A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. Original in French published in 1974.

Fuks, Victor 1988 Music, Dance and Beer Drinking. In Latin American Music Review Fall/Winter Vol. 9, No. 2:150-186.

1989 Demonstration of Multiple Relationships Between Music and Culture of the Waiapi Indians of Brazil. Bloomington, Indiana. Unpublished PhD dissertation.

1991 "Postmodern Musical Epistemology: The Power and Knowledge of Tupi Guarani Musical Performances." In proceedings of the ICTM coloquium on Music Knowledge and Power. In press.

Hill, Jonathan 1984 "Social Equality and Ritual Hierarchy: The Arawakan Wakuenai of Venezuela." In American Ethnologist 11(3):528-544.

Kracke, Waud 1978 Force and Persuasion: Leadership in an Amazonian Society. Chicago: University of Chicago Press.

Kracke, Waud 1981 "Don't Let the Piranha Bite Your Liver: A Psychoanalytic Approach to Kagwahiv (Tupi) Food Taboos." In Working Papers on South American Indians, No. 3: Food Taboos in Lowland South America, edited by Kenneth M. Kensinger and Waud Kracke. Bennington College, Vermont.

Viveiros de Castro, Eduardo B. 1986 Araweta: Os Deuses Canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Weber, Max. 1948 The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism, translated by Talcott Parsons. London: Allen & Unwin.

Zicklin, Gilbert. 1983 Counter Cultural Communes: A Sociological Perspective. Wesport, Conn.: Greenwood Press.

Amigos da Terra
bases para una posição comun

Esta proposta foi apresentada pelo grupo REDES -Amigos de la Tierra, Uruguai- no Primeiro Encontro Latino-Americano dos Amigos da Terra -Cuenca, Equador, em 5/7 de abril de 1991.

Deve ser entendida como proposta de base comum das organizações que integram o grupo internacional **Amigos da Terra**, e como fundamento para a criação de um amplo movimento ecológico social que se estenda por toda a América Latina.

1 ANTECEDENTES

Em nosso continente, diversos grupos têm apresentado suas propostas e programas para o encontro da ECO 92. A primeira vista, parecem unidos por uma linguagem e visão comuns à questão ambiental: identificam como o causador fundamental dos problemas ecológicos atuais o modelo de desenvolvimento adotado no capitalismo. Todos concordam, também, com a urgente necessidade de transformações profundas, e ressaltam a necessidade de ampla participação social nas medidas a serem tomadas.

Mas, sob uma análise mais cuidadosa, identificam-se os sujeitos sociais defensores de cada idéia, enxergando os interesses que os movem. Desse modo, vemos claramente que os documentos da CEPAL (*Desenvolvimento Sustentável: transformação produtiva, igualdade e meio ambiente*) e o da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe (*Nossa própria agenda*) refletem a posição de uma tecno-burocracia -que sustenta o modelo de produção criticado - e apresentam-se como possíveis dirigentes desse processo de transformação.

Em março de 1991, no México, estiveram reunidas as elites políticas, redigindo a *Plataforma de Tlatelolco sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*. Fica evidente, nesse documento, a tentativa de negar qualquer responsabilidade pela crise global que hoje vivemos, e de buscar bases para negociações com os centros mundiais de poder. Cinicamente, manifestam "profunda preocupação" pelo não cumprimento da *Declaração de Estocolmo* (1972) da qual se dizem cúmplices.

Por livre iniciativa, uma comissão - *Nosso Futuro Comum* - realizou reuniões subregionais que culminaram com o *Encontro dos Andes* (Abril,1991). O objetivo dessa reunião era o de articular interesses heterogêneos em um encontro que, possivelmente, terminaria em fracassos de acordos, ou no predomínio maciço dos setores empresariais e multinacionais, com posturas eco-fascistas.

Chegamos, assim, ao *Pacto Ação Ecológica da América Latina*, do qual fazemos parte, e que pretende dar voz aos movimentos e bases sociais, tirando-os de sua condição de vítimas dominadas, e fazendo-os emergir como protagonistas dos processos de resgate da sociedade e da natureza. Queremos discutir formas de gestão política e técnicas socialmente apropriadas, resgatando nossa diversidade biológica e cultural, a partir de uma ética baseada na igualdade e na solidariedade.

Pensamos que os **Amigos da Terra** devem integrar-se, de todas as formas possíveis, a esse esforço de buscar uma nova ética, um novo paradigma. Certamente, esse é dos setores mais fragilizados dentre as forças atuantes, no cenário político mundial. Esse pacto é o germe de um possível movimento ecológico radical, na América Latina.

2 BASES PARA UM PROGRAMA PROMOVIDO POR AMIGOS DA TERRA -AMÉRICA LATINA E CARIBE

Empenhados na tarefa de buscar as bases de um pensamento e ação comuns, decidimos partir dos quatro conceitos-chave que definem o enfoque dos **Amigos da Terra Internacional**.

É oportuno, portanto, revisá-los e ampliá-los a partir da perspectiva dos que habitam este lado do planeta, para os quais o fantástico espetáculo do desenvolvimento econômico mundial é sinônimo de crescimento incontrolável da pobreza e das desigualdades sociais. Va-

mos analisá-los, separadamente:

OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NÃO OBEDECEM FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS OU POLÍTICAS.

A destruição dos bosques tropicais, a utilização dos países do terceiro mundo como depósitos de lixo tóxico e radioativo, a destruição da camada de Ozônio -mais perceptível no hemisfério que menos a provoca- as alterações climáticas globais, a redistribuição das usinas contaminadas, no Hemisfério Sul, assim como o conseqüente aumento da pobreza e a devastação dos povos indígenas reclamam soluções políticas e econômicas, acima de qualquer fronteira. Problemas desse tipo podem ser compreendidos e solucionados somente dentro de uma perspectiva globalizante e pela ação coordenada de todos os envolvidos nos mesmos.

Os impasses atuais são tão amplos que sua discussão atinge níveis éticos, pois ameaçam concretamente a sobrevivência da espécie humana, e determinam uma opção ética para as gerações futuras. No terceiro mundo, em particular na América Latina, a crise dos modelos de civilização é desastrosa. Diversos fatores combinados interagem, produzindo inúmeros efeitos sobre o meio ambiente:

• a constante desvalorização das matérias primas;

• a enorme dívida ecológica que os países industrializados acumulam, depois de 500 anos de exploração;

• a dívida externa imposta pela transmissão do conhecimento de tecnologias inapropriadas (correspondentes a modelos de consumo insustentáveis).

Esses problemas são transnacionais, e somente podem ser superados, através de mudanças profundas tanto em termos da organização econômica mundial, quanto em relação ao conceito corrente de inter-relações entre homem-sociedade-natureza.

A COOPERAÇÃO COM OUTROS GRUPOS É FUNDAMENTAL

Para mobilizarmos eficientemente uma vasta gama de forças sociais e recursos humanos disponíveis, precisamos promover diálogos e relações positivas e solidárias entre os povos do Norte, Sul, Leste e Oeste.

A criação de redes associativas em nível nacional e regional, assim como coordenações locais, são tarefas fundamentais. Uma sociedade ecológica não poderá ser criada ou mantida através de formas hierárquicas de organização -é absolutamente fundamental a participação de todas as pessoas envolvidas. Precisamos de uma nova sensibilidade, de uma nova cultura que alimente uma transformação profunda no imaginário social e nas atitudes que definem a conduta entre os seres humanos, a sociedade e a natureza.

Um desenvolvimento harmônico com o meio ambiente natural e social só ocorrerá, através da criação de um vasto tecido social, em escala humana, comunitário e respeitoso com o ambiente. O protagonismo desse desenvolvimento deve ser assumido tanto pelo movimento ecológico como por todos os movimentos afins. Por isso, é imprescindível o aumento de intercâmbios e ações em conjunto de organizações e grupos sociais em nível local e internacional.

As questões ambientais, sociais, econômicas e políticas são interdependentes

Já virou lugar comum afirmar que a América Latina está em crise. O diagnóstico parece claro, e é quase unânime sua aceitação. Não há acordo em relação às providências que devem ser tomadas. A crise atual nos coloca em uma encruzilhada, que nos exige mais que a simples descrição de problemas; precisamos desenhar estratégias e adotar prioridades, para abordá-los.

As dimensões da crise atual global parecem superar nossa capacidade de assumi-la e transformá-la. É uma crise já não só econômica, nem social, cultural ou política. Há uma convergência de todos esses aspectos que, em sua agregação, formam uma totalidade que é muito

mais que a soma de suas expressões parciais.

Em nível político, a crise é produzida pela ineficácia comprovada das instituições representativas, formalmente democráticas, frente à ação das elites do poder financeiro; pela internacionalização das decisões políticas e ausência de controle social sobre as burocracias governantes; pelo militarismo, tanto em sua manifestação direta, nas instâncias governamentais, como na tecnificação crescente do controle sobre a vida social; pela repressão das formas de participação e gestão local, criando nas populações, indiferença e anomia social.

Em nível social, vivemos uma crescente fragmentação de identidades socioculturais, uma quase completa ausência de integração e comunicação entre os movimentos sociais, e a conseqüente marginalização de um grande número de pessoas. No plano econômico, os modelos dominantes tendem para a mundialização da economia, a concentração do capital financeiro em poucos centros, a crise do Estado Provedor e dos Estados Burocráticos, assim como a crescente participação do complexo militar, na economia. Todos esses elementos tornam os conflitos impossíveis de serem manejados pela própria sociedade, inibindo a possibilidade de experimentação e o surgimento de respostas criativas, alternativas à crise.

"Encontramo-nos,assim, ante uma situação de crise no modelo básico da civilização em que vivemos: a modalidade de desenvolvimento atual se torna cada dia menos viável" (*Nosso Programa Comum*).

Tudo isso deixa clara a necessidade de criar um enfoque novo, interdisciplinar, que nos permita compreender a crise. Depois, buscar um novo padrão, um novo paradigma para um renovado conceito de desenvolvimento. Um conceito que se oriente pela satisfação das necessidades humanas fundamentais, pela geração de níveis crescentes de independência (autonomia) e pela articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e com a tecnologia, dos processos globais e comportamentos locais, do pessoal e social.

O grupo **Amigos da Terra**, assim como vários outros grupos, critica os atuais modelos de produção, consumo e vida social/individual que nos conduziram à presente crise. Busca alternativas concretas que sustentem um desenvolvimento "de todas as pessoas e de toda a pessoa", e que possam mobilizar socialmente, indivíduos e grupos na solução de seus problemas sociais e ambientais.

Existem alternativas viáveis às políti-

cas e práticas que levam à degradação ecológica

Considerando que a necessidade de transformação deva ser assumida pela sociedade, em suas diversas expressões organizativas, é fundamental buscar alternativas adequadas. Tanto em nível tecnológico instrumental, como nas tecnologias de organização política, também temos que criar formas que sejam sustentáveis e socialmente apropriadas. Nas tecnologias culturais e educativas, devemos procurar o desenvolvimento da criatividade e da autonomia.

É preciso ressaltar "que as transformações educativas e culturais são fundamentais para se chegar a um desenvolvimento integrado e à consolidação de um sistema participativo, democrático, pluralista e multiétnico".

Vale destacar que deve ser parte integrante de toda criação alternativa, a busca e o exercício cotidiano dessa nova sensibilidade ecológica social; dessa nova forma de pensar e agir. Ela deve impregnar todos os atos individuais e todos os processos sociais.

A humanidade, como objeto de estudo e como sujeito da ação social, mostra uma característica que a diferencia radicalmente dos outros seres, marcando nossa responsabilidade. Essa responsabilidade fica evidente, ao analisar as absurdas desigualdades entre as pessoas, no uso e degradação dos bens materiais. Essas diferenças são evidentes entre territórios e naçóes-países ou hemisférios em que se distribuem geograficamente, populações da mesma espécie. Essas assimetrias não são causadas por fatores biológicos ou naturais, mas por um sistema criado através da história e que determina, pelo poder-dominação, que pessoas e países acumulem diferenças tão gritantes na assimilação de recursos.

Nossa região está endividada e empobrecida, em função de uma estrutura mundial que, assim, o determina. A desigualdade entre populações, segundo distribuição geográfica, é mantida explícitamente, em todos os acordos para regular as relações internacionais, em nível político, comercial, etc. As fronteiras, além de marcar diferenças históricas e culturais, representam diferenças no acesso aos bens materiais.

Aves migram, sem vistos ou passaportes, enquanto para os seres humanos as fronteiras se abrem e fecham, segundo interesses de governos ou empresas, e não em função de necessidades ou sentimentos humanitários.

Na América Latina, por exemplo, é evidente que as extrações e interferências realizadas pelo Hemisfério Norte, especialmente pelas minorias dominantes da Europa, continuam ocorrendo, diáriamente, apesar da crise e das críticas.

Em nome da expansão do capitalismo e da civilização européia, os países do hemisfério sul tem importado doenças (como a varíola e o sarampo), pessoas, técnicas, algumas espécies de plantas e animais, formas de produzir, urbanizar, pensar, crer -formas que justificam a invasão e a apropriação de vastos territórios do hemisfério Sul - destruindo culturas, escravizando povos, devastando grupos sociais que lhes opuseram resistência. Isso ocorreu tanto durante o período colonial, como depois do surgimento de governos "independentes" e de minorias oligárquicas (com os quais dividem a dominação) que asseguram a exploração capialista dos recursos naturais e humanos.

Os recursos "excassos" e "não-renováveis" são extraídos e levados para o exterior sem nenhuma compensação local, levando ao esgotamento das riquezas e das populações (como ocorreu, por exemplo, com o guanos, no Perú, entre 1840/80, e com o estanho, na Bolívia).

3 APÊNDICE FINAL

Vivemos um presente confuso e cheio de inseguranças. Assumí-lo e, a partir dele, criar o futuro é possível, através do crescimento de uma ampla rede associativa, que vá cobrindo e enraizando-se, em todos os espaços sociais.

A natureza resiste e se desequilibra. Os seres humanos precisam resistir e, além disso, criar alternativas de ação. Essa é a nossa responsabilidade. E, por isso, temos que concretizar nossa integração como movimento, em nível local, regional e internacional.

REDES/Rede de Ecologia Social
Amigos da Terra-Uruguai

Das massas ao indivíduo

por Sandra Pupak

VIVEMOS UM FINAL DE SÉCULO DE importantes e significativas transformações que vêm se materializando, num ritmo cada vez maior, como nos foi possível notar, nesta última década.

Dos principais baluartes do final do século passado e deste século, por exemplo, caíu por terra a esperança do socialismo burocrático de criação de um «novo homem», a partir da transformação da sociedade. Tal propósito encontramos expresso, de uma forma geral, entre os objetivos do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, que defende como a única via de transformação dos homens a revolução.

Acreditaram que, desestabilizando revolucionariamente o Modo de Produção Capitalista responsável por gerar princípios, valores e concepções capitalistas, desestabilizariam o homem capitalista, ou seja, o burguês tão racional, calculista e concorrencial quanto as leis de mercado que o engendraram.

No entanto, hoje presenciamos a falência de grande parte destas incursões gloriosas de tomada de poder, não só através das últimas derrocadas dos governos do leste europeu e da ex-União Soviética como também e, principalmente, através da insatisfação das pessoas e da decadência do meio ambiente, nos países onde o Segundo Mundo[1] ainda permanece.

Percebemos, mesmo sem um número significativo de avaliações concretas, que só a transformação de cada indivíduo, de cada homem poderá nos levar a uma sociedade menos nociva à nossa espécie e a todas as demais.

Mas, ao questionarmos em tipo e grau as transformações esperadas e até como impulsioná-las nos surge um fértil terreno para pesquisa, pois o que atualmente nos limitamos a saber e a dominar é a compreensão daquilo que não queremos possibilitada pela forte sensação de que o que temos hoje a nível de relações humanas, de trabalho, de valores e de princípios, absolutamente não é o que desejamos! De acordo com esta constatação, concluímos, a partir da leitura do livro «O que é Ecologia» de Pádua e Lago, que não nos interessa salvar qualquer mundo, mas um mundo melhor!

Partindo da análise da principal causa da atual frustração da humanidade, ou seja, o fim do socialismo burocrático redentor que nos salvaria da máquina opressora do capitalismo, tentamos (mais uma vez) estabelecer o porquê do seu fracasso mas, enfatizando a ótica anarquista, que a princípio estabelece uma forte crítica aos principais dógmas e fórmulas pré-moldadas que serviriam de estrutura racional para o funcionamento da lógica marxista, como também dos socialistas dos Partidos Comunistas ocidentais revisionistas - como exemplo temos a principal idéia do trabalho (ideológico, político, etc.) com as massas -.

No século passado já dizia um operário anarquista que «massa é massa e massa só serve para fazer bolinhos!». Oscar Wilde na sua obra «A Alma do Homem sob o Socialismo» refaz a mesma afirmação ao fazer referência ã tirania do povo e ã tirania dos costumes do povo: «Não há nenhuma necessidade de separar o monarca da plebe: toda forma de autoridade é igualmente nociva.» E, Castoriadis na obra «Da Ecologia à Autonomia» reforça este princípio quando analisa a «fabricação social dos indivíduos na e pela sociedade capitalista instituída tal como existe.» Nos diz Castoriadis que a característica principal da velha mentalidade de esquerda «é acreditar que o sistema estabelecido só se manteria graças a manipulação das pessoas, em um sentido *exterior* e *superficial* do termo manipulação»[2], quando todo um trabalho verdadeiro de transformação da sociedade

deveria se iniciar a partir de uma modificação profunda produzida em cada indivíduo, caso contrário, este mesmo indivíduo que compõem as massas e/ou exerce a mentalidade das massas através da tão difundida democracia, torna-se um obstáculo à transformação social. Neste sentido, George Woodcook cita um dos grandes princípios e diferenças do anarquismo em relação aos outros sistemas de pensamento ao afirmar que "enquanto a democracia prega a soberania do povo, o anarquismo prega a soberania da pessoa!" Mas o que esperamos das pessoas?

Constatamos que as transformações necessárias a nível dos indivíduos que se relacionem diretamente com os objetivos da Ecologia Social estariam simplificadamente resumidos em relações mais humanas de produção, no resgate da solidariedade, do cooperativismo, da auto-gestão e da autonomia. Contudo, tais transformações vão de encontro aos principais valores criados pelo Modelo Capitalista, que tem como subproduto um mundo compartimentado, embrutecido, violento, concorrencial e que anula (marginaliza) os indivíduos que negam se enquadrar nessa associação forçada e sujeitada , a qual chamamos Massa.

De acordo com o sociólogo e antropólogo Louis Dumont, nossa sociedade, ao contrário das sociedades tradicionais, decorre da "associação de sujeitos(3) e, no resultado dessa associação acreditamos que "pese" o tipo predominante de sujeito - seus valores, seus princípios e suas ação, que, por sua vez, são ditados pelo modo e relações de produção dominantes -.

Um dos erros do socialismo burocrático foi acreditar que, ao transformar a sociedade capitalista acabando com a mais explícita e nefanda conseqüência da mesma, ou seja, a expropriação da mais-valia, acabaria com toda forma de opressão e libertaria os homens! Contudo, esqueceram de questionar os efeitos nestes homens da divisão do trabalho, do tempo imposto à produção, as relações hierárquicas durante a produção, ou seja, não colocaram em questão o processo produtivo que por si só cria valores. O que, de certa forma, foi coerente, pois o Modelo Industrial se manteve nos dois Mundos (Primeiro Mundo, Segundo Mundo e, cada vez e cada dia mais, também no Terceiro) - em todas estas sociedades a divisão e alienação do e no trabalho continuam; o taylorismo, por exemplo, vai se chamar stakhanovismo na outrora União Soviética e países do leste europeu.

O resultado deste processo a nível dos indivíduos é de fácil aferição os homens das ditas sociedades comunistas apresentam valores tão ou mais nefastos quanto os homens capitalistas, já que suas relações sociais só são igualitárias a nível formal pois o que predomina é a hierarquização. Esses valores aplicam-se em todas as relações, desde o preconceito a seus iguais até a visão utilitarista da natureza!

Em nenhuma destas sociedades há interação entre os dois planos de existência: o homem não se concebe na realidade enquanto ser natural e sim, quase que exclusivamente, como ser social. Ele foi alijado do seu contato direto com a natureza através da mediação do mercado ou do Estado. Torna-se um alienado e, por conseqüência, responde e age de forma condicionada aos princípios e valores impostos pela sociedade em que vive - não há autonomia! não há consciência! não há responsabilidade da sua parte, ele faz parte das massas! -.

Uma das mais fortes comprovações deste fato encontramos no próprio objetivo de luta a que se limitaram os defensores do socialismo estatal, cuja atuação se deteve ao nível econômico-material; em outras palavras, a nível das necessidades econômicas e basicamente materiais dos homens, caindo, portanto, em um dos objetivos do capitalismo, o do saciamento das necessidades. Logo, trata-se da continuidade da apropriação da natureza numa sociedade não mais desigual (dividida formalmente em classes), embora potencialmente e igualitariamente consumista!

Como podemos notar atualmente, o ideal de luta dos socialistas seguidores de Marx não conseguiu abranger todos os níveis de necessidade dos indivíduos , até por não os considerar como tais. No entanto, D. H. Laurence, na sua obra "Touch and Go" (De Raspão), já percebia que em 1920 se podia prever que "a luta do trabalho contra o capital seria barrada, não devido a razões objetivas, mas pelas resistências pessoais, irracionais e subjetivas dos indivíduos". E, Henry Miller, no seu ensaio sobre o "Coletivo Absoluto", questiona a simplicidade com que as

linhas tradicionais de oposição consideram a "opressão ao trabalhador", com o objetivo de ressaltar que mesmo quando o ideal material do socialismo burocrático fosse alcançado, o homem ainda seria ou se sentiria oprimido, ou seja, ainda estaria a espera de um mundo melhor. Assim se coloca Miller sobre a condição do operário: "Para mim parece que a verdadeira redução do seu poder e substância surgiu através da sua divisão. Ele não tem paixão nem esperança, um peão num jogo cujas regras desconhece. Um artigo desumanizado, segundo Gutkind. Um objeto aguardando redenção. Já não existe mais o indivíduo - existem tiranos monstruosos - e a multidão, as massas!"

Ao considerarmos que a dinâmica dos valores numa sociedade é decorrente e estritamente necessária à reprodução da mesma e do seu Modo de Produção, fica claro que mudanças no processo de trabalho e nas relações de produção certamente irão gerar novos homens com novos princípios.

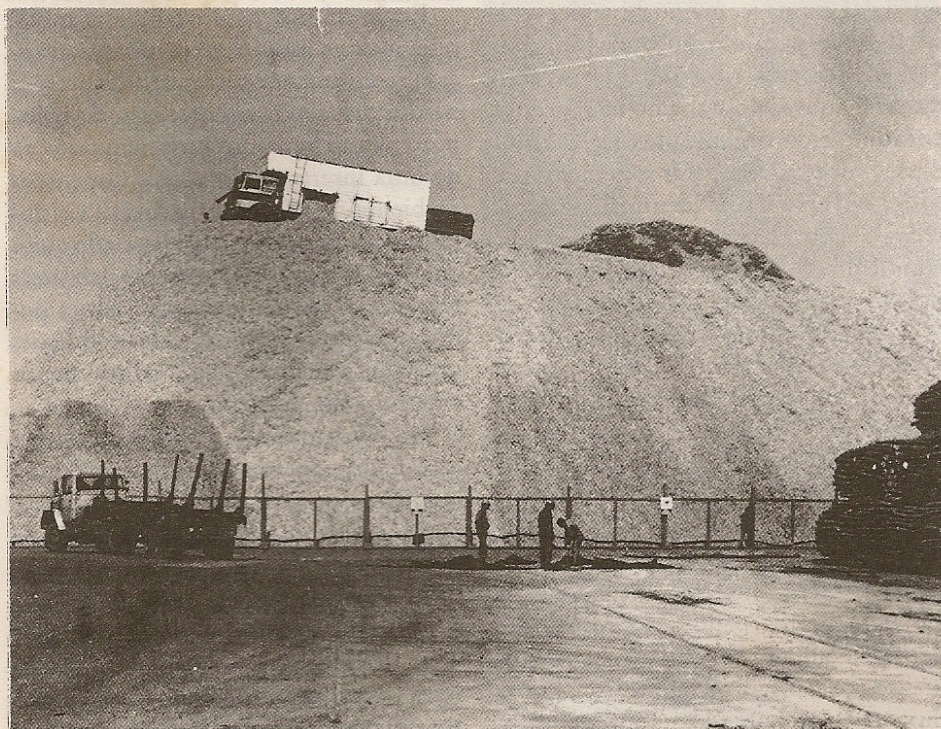
Ao contrário, porém, das mais recentes propostas e projetos governamentais, que visam através de um processo de manipulação exterior e superficial - reportando a Castoriadis - formar indivíduos com uma mentalidade preservacionista via "educação formal pela inclusão de disciplinas como ecologia no I e II graus".

Ora, a educação formal enquanto instituição viabilizada por aparelhos do Estado, atua no âmbito de um espaço político possibilitado pelo Poder com o claro objetivo de reproduzir aspirações, padrões e percepções que interessem à manutenção do Modelo Político Econômico vigente. Contraditoriamente, os acadêmicos envolvidos neste tipo de trabalho sofrem o risco de reforçar a idéia de que seria o indivíduo o grande responsável pelas mazelas do ambiente (como já o foi pelas mazelas sociais. Exemplo: a questão da explosão demográfica determinando o subdesenvolvimento dos povos). Caso queiramos evitar tal concepção, mesmo dentro do meio acadêmico, precisamos por na prática do discurso ecológico a visão do Todo e a consciência da determinação que a ação dos indivíduos sofre pelo Modo de Produção aos quais se submetem!

Nossa luta é contra a alienação. Contra a visão setorizada da ação dos homens descompromissada pelos agentes políticos. Em suma, uma mudança de valores nos homens deve vir através da prática das suas relações reais no e com o mundo, ou seja, através do seu trabalho.

Deveríamos, portanto, partir para mais uma proposta revolucionária? Teremos que destruir todo o modelo econômico-social para recriar algo totalmente novo? Ora, o nosso século já nos prova que as tentativas plenamente revolucionárias dos Movimentos Operários falharam, pois o Modelo Industrial de exploração ainda persiste abrindo espaço, inclusive, a questões levantadas pelo Movimento Ecológico. E, quando nos remetemos ao resgate do individualismo numa alternativa de buscar reformismos, pretendemos que fique claro que não se trata da retomada da versão burguesa de indivíduo - "aquele que se crê auto-suficiente, sem a menor relação e que se basta a si mesmo!" (4) -. O que desejamos é a autonomia no seu sentido de destruição da alienação, o fim da divisão da pessoa com o seu mundo, e/ou do seu trabalho com este mundo! Trata-se de querer introduzir a possibilidade de criação no processo de produção e, para isto, o indivíduo não pode estar atrelado - pelo menos integralmente - as amarras do mercado, as dificuldades de acesso aos meios de produção ou a informação! Pois, para criar, para efetuar o seu trabalho com prazer e desejo espontâneo - do contrário, o "trabalho é o reino da necessidade e também o é, o da escravidão" - é preciso ser livre sem a "mutilação da autonomia individual". Mais uma vez de acordo com Castoriadis, "a liberdade é liberdade de fazer - e fazer é tanto fazer tudo sozinho quanto poder fazer com os outros ... aceitando uma coexistência organizada ... onde, a igualdade se dá a nível de condições sociais efetivas e não somente as jurídicas, que são feitas para todos - "(5). A liberdade individual implica no livre-arbítrio, e é este livre-arbítrio que possibilita a pressuposto fundamental da criação - o desejo! o querer criar! -.

É a partir destes aspectos que se recobra a consciência das interrelações da vida: do trabalho, da pessoa, dos seus valores com a sua ação e, é neste aspecto que a "compreensão dos problemas - sejam eles de qualquer nível ou escala - ainda que insuficiente, poderá dirigir a ação dos homens ... para uma independência de crescimento espiritual e mental que, mesmo condicionada por circunstâncias, nunca é por elas totalmente determinada!" É preciso fazer saber que os valores da colaboração, sensibilidade e cooperação possibilitaram a sobrevivência da humanidade durante milênios em oposição aos valores criados pelo Modelo industrial (Capitalista ou Socialista), e só dentro de cada um de nós a partir do inconsciente coletivo da humanidade, poderemos resgatar aqueles valores que durante 2 milhões de anos garantiram a sobrevivência da espécie humana.

(1) Países Socialistas (Economia Planificada)
(2) Da Ecologia à Autonomia - Cornélio Castoriadis
(3) Introdução à Crítica à Ecologia Política - Jean Pierre Dupuy citando Louis Dumont (sociólogo e antropólogo francês)
(4) Introdução à Crítica à Ecologia Política - Jean Pierre Dupuy / Prefácio - Ruth Arshen / Sociedade Sem Escolas / Ivan Ilich
(5) Socialismo e Barbárie - Cornélio Castoriadis

Ecologia mental: cultura, subjetividade e política comunitária

por Raffaele Infante

NOSSA PROPOSTA SE BASEIA EM múltiplas influências teóricas e está vinculada a práticas sociais e administrativas de base fundamentalmente progressista, as quais vêm contribuindo, no campo científico internacional, para a consolidação de uma nova abordagem e de novas conceituações sobre o que é Saúde Mental e o que é Doença Mental. Visa tamb'em a entender o desenvolvimento da personalidade humana baseado nos mecanismos de criatividade e de interação dinâmica e multidimensional com o ecosistema.

Desenvolvendo de forma contínua e crítica, estudos relativos à ação de variáveis de caráter sócio-ambiental sobre os mecanismos fisiológicos reguladores do equilíbrio emocional, somático e mental, começamos a ultrapassar, gradualmente, os limites das disciplinas relacionadas a esta temática. Com isso é possível relativizá-las no contexto histórico-cultural, incorporando ao trabalho com Saúde Mental o rico processo de ação cultural através do trabalho com grupos comunitários organizados. Buscamos nesse processo, recuperar suas memórias sócio-culturais e suas identidades vinculadas à compreensão dos fatores que condicionaram suas realidades materiais político-econômicas.

Após numerosos encontros e discussões com profissionais da área de Saúde Mental, foi possível chegar a conclusões que indicam a aplicabilidade à ação política do proposto e pesquisado, a partir das questões levantadas acima.

Estabeleceu-se a urgente necessidade de trabalhar com uma conçeituação mais global de Saúde e, especificamente de Saúde Mental, dependente da qualidade de vida, entendida através de direitos inalienáveis, tais como: educação, trabalho, salário, habitação, alimentação, transporte, projetos culturais, lazer e participação política.

Foi também conclusão fundamental dessas discussões que devemos buscar formas de reconhecer outros espaços não técnicos criados pelas organizações representativas da comunidade (na área de projetos educacionais e culturais), como espaços promocionais de Saúde Mental que a existência de diferentes representações sociais de Saúde e Doença recomendam uma prudência crítica ao se caracterizar um comportamento alternativo de inserção social como Doença Mental, evitando-se a utilização do saber das técnicas médico-psicológicas para as práticas de discriminação e dominação, devendo haver a abertura das práticas profissionais ao questionamento da sociedade, procurando a superação da dicotomia radical entre a formação acadêmica e os saberes populares.

Encontramos na literatura mundial referências a estudos e teorias que avançam, com maior ou menor sofisticação, na direção dessa compreensão do comportamento humano como manifestação de uma interação global das dimensões ambientais e sociais, existenciais e fisiológicas. Fica, também, evidenciado que o aprofundamento e o alcance social dessas teorias é dependente da conjuntura política, da época histórica e das condições objetivas referentes ao conhecimento científico do momento.

No final do século XVIII, houve uma grande difusão da doutrina científica do médico escocês J. Brown. O Brownismo, que não goza de boa fama na história da medicina oficial, partia da concepção de haver nos seres vivos uma força pré-constituída. Esta força seria a excitabilidade definida como a propriedade dos seres vivos, contrariamente aos mortos e aos objetos inanimados, de poderem ser

influenciados pelos fatos externos (ambiente, calor, etc.).

Kurt Lewin, na década de 30 e na de 40 deste século, propôs, através de sua psicologia topológica, alguns conceitos instigantes. Para ele, o comportamento humano seria função de uma interação da Pessoa e do Espaço/Meio Ambiente. A Gestalt constituiria um sistema de partes conectadas dinamicamente, de modo que alteração de qualquer parte provocaria mudança no todo. Ele introduziu o conceito de espaço de vida como sendo a totalidade de fatos que determinam o comportamento de um indivíduo, num certo momento (humor, motivação, ideais e objetivos); e zona de fronteira do espaço de vida como sendo a área provável de estímulos percebidos, que levem à execução de ações não relacionadas ao comportamento já estabelecido.

Lewin considerava que a psicologia deveria interessar-se, também, por aquelas áreas do mundo social e físico, que não constituem parte do espaço de vida ou que não afetam sua zona de fronteira, no momento presente. Considerava que a promoção educacional das crianças no futuro e a previsão sobre a condição dos indivíduos, em conseqü^encia de ações a serem desenvolvidas, imporiam um cálculo desse futuro. Ele foi o primeiro a sugerir denominar essa área de estudos de "ecologia psicológica".

Mais recentemente, autores como Mary Douglas propuseram conceitos relevantes a esse novo campo teórico sobre o comportamento social. Um desses conceitos diz respeito à chamada "poluição social", fenômeno relativo à interação dos indivíduos de códigos morais e culturais distintos, e subitamente levados à convivência regular.

Dentro de uma visão mais histórico-política, há estudiosos que vêm desenvolvendo análises de fundamental importância para a relativização de conceitos vinculados à classificação, às terapias e aos critérios de cura em Saúde Mental. Berlinger, por exemplo, tem discutido a influência que a sociedade ocidental, competitiva e assistencialista, exerce na seleção de indivíduos eficientes e especializados. Essa abordagem, que se baseia em um conceito funcional e não ético do indivíduo,condiciona o sofrimento mental e agrava as manifestações psiquiátricas. A historicidade das doenças mentais aponta para o fato de que a origem, a evolução e o diagnóstico dos tratamentos mentais relacionam-se às

condições histórico-sociais e à cultura predominante em determinado ambiente.

George Rosen, por outro lado, em sua obra "Loucura e Sociedade", destaca o surgimento da Psiquiatria Social e a preocupação em relacionar eventos de natureza política, econômica ou social, com a ocorrência de epidemias de loucura. Já no início do século XIX, o psiquiatra americano Benjamin Rush produzia um relatório intitulado "A Influência dos Eventos Militares e Políticos da Revolução Americana sobre o Corpo Humano", onde procurava demonstrar que a saúde individual ou social dependia da justeza dos princípios políticos. Assim, os revolucionários tenderiam a ser portadores de melhores condiçóes de saúde física e mental.

Outras reflexões relevantes à nossa temática podem ser consideradas, de acordo com teorias de autores como Luchmann, Parsons, Peirce, Weber, Kilsen e Cassirer.

A aplicação sociológica da teoria dos sistemas mostra sua insuficiência, ao lidar com sistemas abertos, por ignorar a questão dos limites externos e de sua relação com o ambiente. Assim, deveríamos ter em conta que os sistemas sociais e os individuais conseguem cumprir apenas parcialmente as possibilidades que lhes são oferecidas pelo ambiente. A complexidade - característica central de nosso mundo - resulta do grau de defasagem entre as potencialidades do ambiente e a capacidade de atuação sobre as mesmas, por parte do sistema.

Cada sistema social ideal teria, conseqüentemente, a tarefa de reduzir a complexidade, de estabelecer os perfis ambientais relevantes aos seus objetivos, e de administrar a contenção das "possibilidades excedentes" não trabalhadas pelo sistema.

Para uma efetiva revolução científica, que incorpore como seu conjunto de premissas o paradigma indicativo, operando sobre a previsibilidade presumível, há que se substituir, também, o sistema clássico de categorias por noções do tipo "forma simbólica" e "estrutura funcional". O homem é considerado um animal simbólico e a razão é o reino dos símbolos. Este último reúne em sua estratificação e hierarquia níveis de complexidade que constituem a realidade da vida cultural.

A força do processo simbólico dá-se, exatamente, por atuar através de símbolos e não de "dados coisificados". Esta

abordagem não implica numa separação entre o mundo da experiência e o dos símbolos, já que devemos enfatizar não haver experiência (inclusive a social) que não tenha sido investida de uma função simbólica.

Reflexões feitas no âmbito de disciplinas como sociologia, antropologia, política e filosofia da ciência reforçam nossa convicção sobre o "locus" privilegiado da fenomenologia mental para o aprofundamento da discussão em torno da crise epistemológica e do relativismo dos projetos culturais para as sociedades. É assim, no mínimo curioso, que alguns profissionais de Saúde Mental europeus venham propondo, ultimamente, como item essencial ao sucesso de reformas assistenciais psiquiátricas, o trabalho sobre um tecido global de relações sociais, configurando uma verdadeira "terapia ecológica", para a ressocialização de indivíduos com transtornos mentais, em contraposição aos procedimentos convencionais das instituições psiquiátricas e de assistência social.

A desordem mental e seu tratamento podem funcionar como um ponto de convergência de enfoques psiquiátricos, psicológicos, comunicacionais, lingüísticos e sócio-antropológicos. Representou, também, um campo propício para enfrentar o problema central das relações teoria e prática na

A colaboração interdisciplinar é, hoje, uma exigência absoluta para o desenvolvimento das ciências sociais e humanas. A fragmentação dos objetos, a falta de interação metodológica e as disparidades epistemológicas a que a especialização tem conduzido essas disciplinas são uma ameaça permanente à sua consolidação científica.

A exploração de áreas de fronteira do conhecimento tem mostrado que as diversas especialidades sociais e humanas convergem em um ponto fundamental: em todas elas noções como representação, cultura, linguagem, trocas simbólicas e sentido apontam para um campo de interação que constitui o campo temático e estratégico da Comunicação: a convergência das ciências sociais e humanas, portanto um lugar próprio para o exercício da interdisciplinaridade.

A dissociação clássica entre teoria e prática, que as ciências duras têm resolvido, segundo o modelo de ciência e tecnologia, acarreta graves inconvenientes para a pesquisa social e humana. A natureza simultaneamente teórica e prática da comunicação permite começar

a enfrentar esse problema de forma original, não dependente do modelo epistemológico das ciências duras.

Os projetos que propomos têm como princípio atuar no campo da identidade e da expressão cultural. Entendemos cultura como um conceito fundamentalmente social, que implica na possibilidade de os diversos grupos populacionais de nossa sociedade poderem, de forma autônoma e autêntica, expressar e usufruir de sua criatividade. O caminhar nessa direção nos permite vislumbrar estágios de maior desenvolvimento da personalidade humana e das relações inter-pessoais e associativas.

Por ocasião do I Encontro de Saúde Mental, Expressão e Cultura Popular realizado em 1981, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi expressa a tese de que antes de pensarmos e discursarmos sobre o fenômeno indivíduo-louco, indivíduo-emocionalmente perturbado, deveríamos considerar como pré-requisito o pensarmos na "patologia" da sociedade organizada, com objetivos outros que não o desenvolvimento criativo e de afirmação social do homem. Tal problemática é perfeitamente evidenciável, ao constatarmos o total descaso de nossa sociedade em realizar efetivas políticas reabilitadoras nas populações social e economicamente marginalizadas. E por populações marginalizadas social e economicamente entendemos não só os nossos tradicionais e sempre citados "doentes mentais", mas também os presidiários, os menores abandonados, os idosos economicamente carentes. As chamadas minorias culturais, também sofrem um processo de contínua neutralização de seus potenciais de expressão cultural, fazendo com que surjam eventualmente mecanismos de preservação social, através da denominada dinâmica de resistência cultural, que pode significar, por outro lado, a formação de guetos de certos setores da comunidade.

Há que se defender a viabilidade da existência de espaços de articulação dos movimentos comunitários que, por meio de uma participação organizada e de um trabalho permanente de interação, de estímulo à criatividade e consulta aos membros dos grupos por ele representados, redefina a tendência dominante da massificação cultural em que vivemos. Esta massificação, é preciso que se enfatize, é condição necessária à manutenção dos graves desequilíbrios econômicos de nossa sociedade.

E nossas associações e entidades comunitárias, nossa juventude e órgãos estudantis estão em sintonia e atentas aos desafios da atual conjuntura? Ainda que de forma muito débil, percebe-se uma efervescência de intenções, que configurariam o pren'uncio de que algo está ou quer vir a acontecer

Consideramos, já há algum tempo, estarem maduras no atual quadro político-social as condições para uma integração efetiva e orgânica entre os setores técnicos, preocupados com a defesa e promoção da qualidade de vida comunitária, e as entidades representativas de moradores e os diversos centros associativos e culturais.

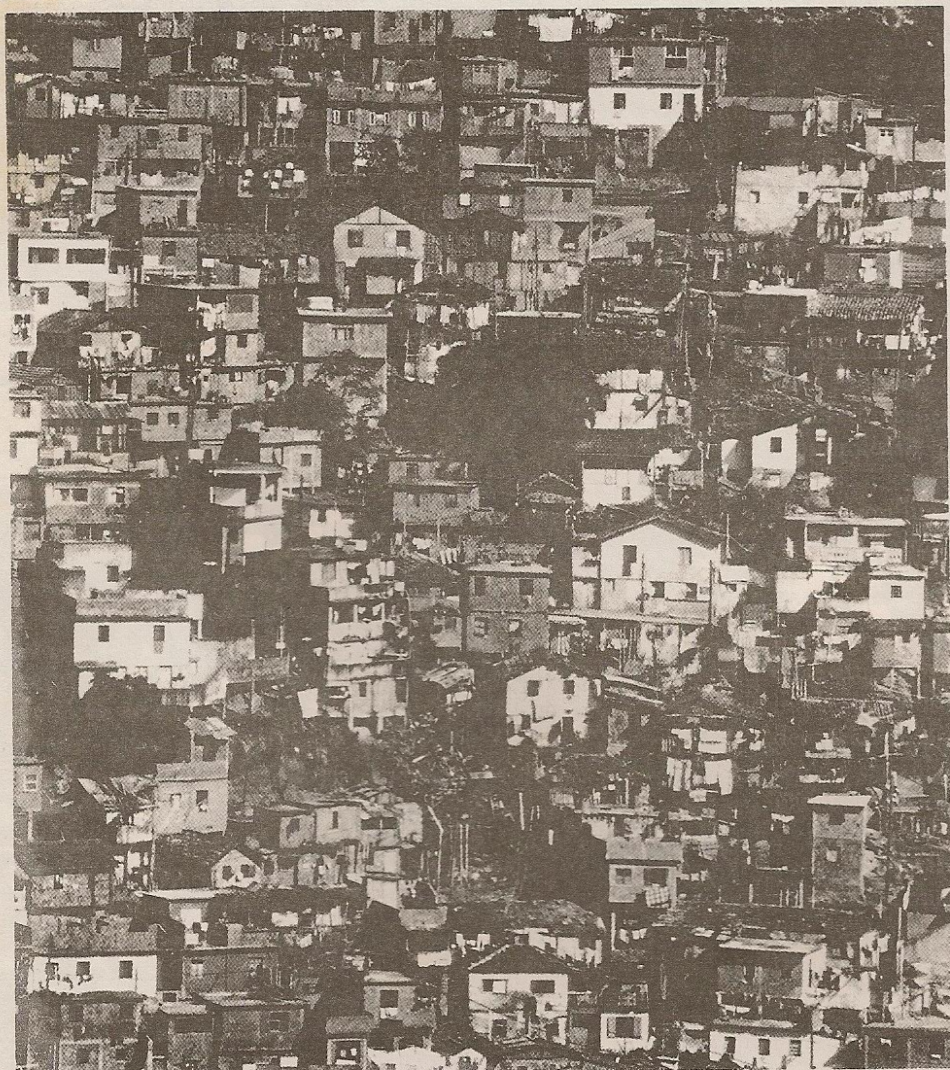
Vê-se uma difícil mas gradual evolução na aceitação e absorção das questões relativas à vida comunitária e suas expressões culturais. Prova disso é o documento elaborado no II Encontro Regional dos Trabalhadores de Saúde Mental, realizado em novembro de 1984.

O documento expressava, entre outras avaliações que, ao pensarmos em loucura, patologia mental ou insanidade, nos deparamos com um nível patológico mais amplo que é a própria sociedade, estruturada com objetivos outros que não o desenvolvimento criativo e de afirmação social do homem. O arbítrio e a violência cotidiana agem, de forma cada vez mais esmagadora, sobre os valores potencialmente mais nobres da personalidade.

Tem-se, assim, a possibilidade efetiva de promover o auto-conhecimento, a iniciativa cr'itica e a interação social, elementos nucleares para o que desejamos conceituar como Sa'ude Mental.

Consideramos de grande import^ancia a implementação desses projetos no contexto de toda uma reconceituação te'orica necess'aria ao estabelecimento de novos paradigmas cient'ificos.

A relação da sociedade com o Estado, na atual conjuntura de hiper-complexidade social impõe um repensar a teorização e ação dos intelectuais e t'ecnicos junto aos movimentos sociais.

A meu ver, a atualização do ide'ario socialista libert'ario envolve o aprofundamento da an'alise e proposições de outros paradigmas cient'ificos e a superação do antagonismo ci^encias sociais/ ci^encias da natureza. Uma contribuição a uma perspectiva, privilegiando-se o campo do comportamento humano e a nossa abordagem de Ecologia Mental (uma componente da Ecologia Social de car'ater psico-cultural).

autonomia, ecologia e desenvolvimento

por Ruben G. Prieto e Daniel Panario

LEVANTAR A VOZ, FALANDO DO hemisfério Sul, somente se justifica a partir do protesto e da reivindicação da solidariedade que deveria mediar as relações entre os seres humanos. Isto nos coloca diante da rejeição a uma situação dada e a necessidade de um projeto alternativo. Este ao mesmo tempo deve se apoiar na compreensão e questionamento da realidade histórica efetiva -a crise em que ela surgiu- e no questionamento da mesma a partir da perspectiva da grande maioria dos seres que a sofrem.

Participar da discussão do modelo de desenvolvimento dominante que hoje desemboca em uma crise que ameaça a própria possibilidade de vida no planeta, significa então, assumir a responsabilidade pela criação de alternativas e esboçar estratégias adequadas.

Há 500 anos do desembarque dos conquistadores vindos do Norte, a América Latina (da mesma forma que o restante do Terceiro Mundo) mostra uma dupla crise. Por um lado, sua história é uma longa sequência de atropelamentos e injustiças, fruto da dominação sobre

habitantes nativos, primeiro, e imigrantes depois, condenados a uma exploração que beneficiou e beneficia a minorias nos centros de poder e as minorias locais que administram a ordem mundial. O abandono que sofrem os sobreviventes dos nativos e das correntes migratórias que chegaram a esta região, fugindo do mesmo sistema e com a esperança de "realizar-se na América", se expressa hoje nos 200 milhões de habitantes que vivem em condições críticas de pobreza. Por outro lado, os problemas ambientais se multiplicam à medida que se consolida a "conquista" - que arrasa com a diversidade das culturas e de ecosistemas, e que segue vigente.

Paradoxalmente, a pobreza provocada está acompanhada por uma enorme dívida externa, que em sua maior parte responde aos mesmos interesses de quem havia imposto o tipo de desenvolvimento que a provoca, e que também havia depredado a região, em benefício do crescimento de regiões no norte, com uma custosa dívida ecológica que os países industrializados adquiriram por longos séculos de dominação e exploração.

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

O tratamento da temática ambiental é inseparável da análise da lógica interna do modelo de desenvolvimento, e de suas consequências sobre a ordem política e econômica imposta às sociedades humanas. No Terceiro Mundo, particularmente sobre a América Latina, a consideração da crise ecológica e social deve ser encarada , sem perder de vista , sua continuidade e desenvolvimento histórico, que desembocou em um presente desastroso e um futuro ainda mais ameaçador. As multidões em condições de pobreza crítica e as futuras gerações igualmente ameaçadas pelas decisões que tomaremos, tem que estar presentes nessa análise. Tanto os processos relevantes sobre matéria ambiental, como sua reversão, somente são possíveis em prazos que transcendem os atuais, e abarcando espaços que não se adequem aos interesses de minorias, locais ou internacionais. Isto, tanto nos limitando simplesmente a corrigir as piores tendências presentes, quanto querendo ir delineando pautas para a criação de formas mais justas de relações humanas.

As responsabilidades frente às circunstâncias atuais, que envolvem milhões, como em relação às futuras gerações, tampouco podem ser reduzidas a uma concepção paternalista, e, como tal, conservadora do mundo atual. Uma postura comprometida em torno do tema, deveria passar necessáriamente pelo risco de projetar e predizer quais elementos e estruturas hoje existentes devemos preservar, ou criar condições para que existam no futuro, se pensamos que deveriam constar de um leque de opções possíveis. Em outras palavras, trata-se não só de guardar algo do existente- o necessário

-mas de criar condições para que a criatividade e a livre escolha estejam permanentemente abertas, tanto hoje como amanhã.

Para isto, é fundamental desembaraçar a trama de interesses dominantes, que analisam a situação atual da região e do planeta, em termos de meros "recursos" naturais e humanos, de administração e eficiência.

Temos também que resistir á intenção de reduzir a ecologia a uma forma superior de eficácia a um novo pacote de medidas e estratégias tecnocráticas, nas mãos das mesmas estruturas de poder. Contra essa visão do mundo baseada no econômico, em objetos e artefatos, empobrecido em relação à criatividade e participação cultural; temos que elaborar novos paradigmas, um novo imaginário social, estimular as invenções e experiências que nos assegurem outro desenvolvimento.

Um recurso, nesse caso legítimo, seria o resgate de outras culturas, ainda vivas entre as ruínas dessa história precedente, e sobretudo a invenção de formas de "desenvolvimento em escala humana", descentralizadas e autogestionárias, que coloquem o poder em mãos dos seres humanos concretos, devolvendo-lhes o exercício de uma capacidade política que a dependência alienou.

Resta recorrer ao paralelismo sofrido tanto pelas maiorias indígenas na América Latina, como as maiorias na própria Península Ibérica e o resto da Europa, igualmente agredidas e esmagadas por um projeto de sociedade consumista ou capitalista-a revolução liberal burguesa-um ensaio essencialmente injusto, não solidário e repressor, que se estabeleceu,

por todos os meios, em ambos os cenários.

A expansão do comércio Atlantico e a abertura do mercado "ultramarino"- incrementado com a escravidão dos negros- permitiu subvencionar uma transformação acelerada da sociedade, que ainda conserva traços de autosuficiência, e um número crescente de excedentes. A maximização do lucro, a exaltação do crescimento econômico, o triunfo e o êxito individuais se impuseram a algumas culturas com contradições e carências, mas que portavam perfis de uma moral baseada sobre a reciprocidade, a cooperação e a solidariedade.

Os cinturões de miséria das cidades atuais são, ainda, um lugar de encontro dos "rechaçados" por esse processo: camponeses e indígenas desenraizados, convertidos em marginais, descartáveis ou em mão-de-obra barata pelos planos de desenvolvimento, se viram reduzidos a um "problema técnico", um dado estatístico a mais.

RECURSOS NATURAIS

Os povos do Terceiro Mundo -como os habitantes de qualquer região - tem o direito e a obrigação de decidir o que fazer com seus recursos naturais e como fazê-lo. As condicionantes econômicas que incidem sobre seus níveis de consumo, não lhes permitem muita flexibilidade, não podendo, portanto, renunciar á exploração de pequenas porções de seus ecosistemas.

Surgem, implícitas, perguntas tais como: o que preservar e em que quantidades? Centrando a atenção no ecosistema, ou mais amplamente no ambiente, se chegou a firmar que temos a responsabilidade de preservar a totalidade de informação que possui a biosfera, incluindo suas obras e culturas. Mas esta exigência conservadora se transforma em reacionária, negando a característica mais importante dos seres humanos associados, sua capacidade criativa de modificar o ambiente segundo seus projetos variáveis pela satisfação de suas necessidades integradas. Essa diversidade cultural implica na geração de novas informações e a possibilidade de uma perda (NETA).

A preservação/modificação da informação contida nos ecosistemas do Terceiro Mundo - como em qualquer outra região - está inqüestionavelmente ligada à sensibilidade e a estrutura simbólica que está subjacente a toda cultura, que "reúne" a sociedade e "organiza" o aspecto econômico-funcional para garantir a base material da sua existência em seu espaço (meio ambiente), e através do tempo (novas gerações). Somente os povos que habitam uma região, apropriando-se de espaços e recursos, e dessa forma carregando-os de sentido, podem decidir o destino destes recursos.A conviv^encia de diferentes populações nos permite supor que não se estaria devastando a Amaz^onia sem que existisse a avidez por madeira de alta qualidade nos pa'ises desenvolvidos, ou a demanda de hamburguers nas grandes metr'opolis.

A distinção entre recursos renováveis e não renováveis não é realista, pelo menos dentro do estilo de desenvolvimento dominante na América Latina. Com efeito, a taxa de utilização dos denominados recursos renováveisna atualidade, é muito superior a seu poder de regeneração e de manutenção, e deve-se esperar a extinção de grande parte dos recursos naturais que ainda não se esgotaram nas primeiras décadas do próximo século. Entre outras causas, isto se deve ao fato de que os ciclos de produção capitalista não levam em consideração os ciclos ecológicos, e este desajuste traz como consequência previsível a sobre-exploração dos recursos renováveis, que por esta razão deixam de sê-lo (N.Glico, G.Kerrigane e P. Rodrigo). Os recursos denominados não renováveis apresentam um problema ainda mais crucial, já que nestes países sua exploração se agrava, ao dar-se no contexto da dependência externa, que desconhece meios naturais e meios sociais, e muito menos as previsões para o futuro local.

As empresas multinacionais ou transnacionais que controlam a maioria dos estoques dos recursos, fazem suas próprias projeções e pautam as taxas de extração em função unicamente de seus interesses econômicos, únicamente. Isto resulta em dois tipos de situações frequentes na América Latina: em alguns casos se chegou ao esgotamento de um recurso natural, mas o mais frequente tem sido que as inovações tecnológicas os substituem muito antes do esgotamento; ou que fortes inversões incrementem outras reservas conhecidas, aproveitando vantagens relativas, sempre em função de benefícios econômicos. Ambas situações levam à brusca queda dos preços, em muitos casos, inclusive, antes do pa'is ter amortizado o investimento necess'ario para sua exploração ou substituição.

Há vários exemplos desse tipo: o caso do salitre no Chile, substituído por fertilizantes sintéticos; o cobre, cuja paulatina substituição por alumínio ou fibras óticas torna pouco promissor seu futuro; o petróleo Mexicano desenvolvido a impulsos de crédito internacional, pouco antes que a baixa dos preços cruelmente gerasse uma das maiores dívidas da América Latina. Por outro lado 'e preciso notar que os elementos como o salitre do Chile e outras substâncias utilizadas como fertilizantes, extraídas dos países do Terceiro Mundo (fósforo de Marrocos, guano do Perú, etc.) permitiram um incremento na produtividade agrícola dos pa'ises europeus, que serviu de base a seu desenvolvimento industrial, permitindo a separação dos países desenvolvidos e gerando a tecnologia necessária para substituir algumas daquelas fontes e adotar outras.

'E trágico comprovar que a exploração desmedida e sem nenhuma compensação - dívida ecológica que se mantém pendente, fora de toda consideração - subvencionou o desenvolvimento das forças produtivas fora da região, que por sua vez permitiu aos países centrais, tornarem-se independentes dos recursos que originaram seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os países do Terceiro Mundo mantêm-se passivos enquanto seus recursos naturais são substituídos por outros que não possuem, ou que são abundantes em todo o mundo (caso do quartzo).

UMA ORDEM IMPOSTA

As relações de dependência, em uma ordem mundial organizada dessa forma, tem significado que os países produtores não podem utilizar seus recursos para seu próprio desenvolvimento, e, entretanto, a tecnologia gerada por essa contribuição - baseada no patrimônio natural dos países pobres - é hoje propriedade privada das empresas radicadas nos países ricos. Atualmente os EUA e a Comunidade Européia fazem pressão em organismos como o GATT, para impor aos países do Terceiro Mundo um acordo sobre TRIP (propriedade intelectual) que os obrigaria a ceder e aceitar padrões e normas de proteção da propriedade intelectual, agora sim quantificada, definida e controlada.

Este desequilíbrio nas relações internacionais tem-se acentuado na última década - "a década perdida"- segundo o reconheceu o Banco Mundial em seu "Informe sobre o Desenvolvimento Mundial-1990". A pobreza cresce na maioria dos países do Terceiro Mundo, como consequência do modelo econô-

mico dominante no qual os salários baixos- a pobreza e a dependência somados- são a chave para uma política de liberação, privatização e produção para a exportação.

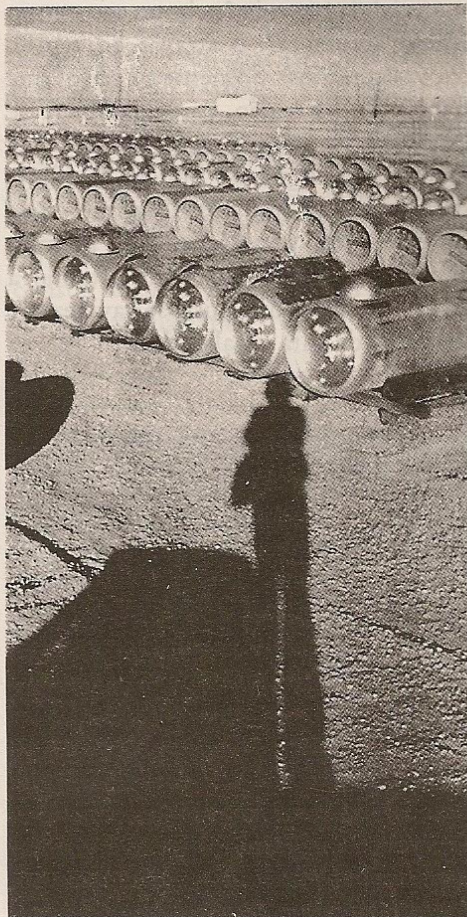
A consciência de que essa racionalidade instrumental provoca uma deteriorização que pode ser irreversível, deve fundamentar uma crítica radical e irredutível, assim como estimular a busca das alternativas pertinentes - igualmente radicais. " A essa racionalidade econômica é preciso opor outra racionalidade, cujo eixo axiológico não seja nem a acumulação indiscriminada, nem o melhoramento de índices econômicos convencionais (PNB) -que pouco dizem do bem estar dos povos- nem numa eficiência divorciada da satisfação das necessidades humanas. Esta outra racionalidade se orienta pelo melhoramento da qualidade de vida da população, e se baseia no respeito à diversidade e na renúncia em converter as pessoas em instrumentos de outras pessoas, e aos países em instrumentos de outros países."

"A uma lógica economica, herdeira da razão instrumental que impregna a cultura moderna, é preciso opor uma ética de bem estar. Ao fetichismo das cifras deve opor-se o desenvolvimento das pessoas. Ao manejo vertical do Estado e a exploração de uns grupos por outros deve-se opor a gestão de vontades sociais que aspiram à participação, autonomia e a uma utilização mais equitativa dos recursos disponíveis. (Manfred Max-Neef e outros).

A CRISE DA POPULAÇÃO E SUA ACELERADA URBANIZAÇÃO

Tem-se pretendido explicar as crises que se agravam no Terceiro Mundo pelo crescimento desmedido de sua população. A solução proposta é o controle da natalidade, exercido por métodos explícita ou encobertamente impostos.

Existem muitos países com explosão demográfica e tal situação não é comum a todos. Mesmo onde esse processo ocorre, tem sido bem demonstrado que 'e mais uma consequência da desnutrição e da falta de planejamento social, que uma causa dessas carências. Em outros países, pelo contrário, se apresenta um pronunciado envelhecimento da população, com falta de jovens, como é o caso do Uruguai.

Um dos aspectos mais significativos dos problemas que englobamos ao falar de crise ambiental, é que ela representa a

expressão espacial de uma profunda crise de um modo de vida que modificou, como nunca antes, o meio físico-biológico e o habitat social. O processo de ocupação e o uso do solo, tanto para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, como o desenvolvimento de uma urbanização concentrada em cidades cada vez mais desproporcionais e fora da escala humana, está alcançando um grau de desequilíbrio que desemboca sobre a deterioração física e social com um aumento de populações marginais. A distribuição espacial da população é fundamental nas soluções possíveis -tanto a nível de recursos naturais, como de organização social -. O Uruguai é talvez um exemplo grotesco do desequilíbrio: país que pelas qualidades naturais do seu solo, pastagens e recursos hídricos, assim como por características climáticas, poderia alcançar uma produção agropecuária que além de permitir o abastecimento de sua população poderia gerar excedentes, va aumentar em até 30% o número de lugares pobres e em até 15% o de lugares indigentes. Sua população urbana alcança 85%, restando somente uns 15% de população rural, com extensos vazios demográficos nessas áreas. Menos de 10% da superfície de seu território concentra cerca de 55% dos habitantes em sua capital, Montevidéo, configurando um profundo desequilíbrio.

TECNOLOGIAS APROPRIADAS

Desembaraçar-se do reducionismo economicista, embutido em interesses limitados, nos obriga a entender o problema das técnicas adequadas, ecológica e socialmente, num sentido multidimensional (Habermas, Foucault, Bookchin).

O peso das tecnologias geradas nos países desenvolvidos é praticamente inevitável, e ainda que ajustadas aos ecosistemas dos países sub-desenvolvidos, em geral são alienados de sua cultura. Por consequência, ou contribuem para formar grupos isolados da comunidade - e portanto sem projeções sobre esta - ou sofrem um discreto abandono - sem que necessáriamente se busque a implantação de outras tecnologias sócio-ecológicamente apropriadas.

Nos casos mais comuns, entretanto, as tecnologias tem sido transpostas sem nehuma adaptação ao ecosistema, o que tem significado grandes desastres ecológicos no Terceiro Mundo.

Em relação a tudo isto, e como disse G.Gallopín (1987): "as prioridades de pesquisa e desenvolvimento a nível regional e nacional, óbviamente deverão surgir da combinação e compatibilização das necessidades, recursos e oportunidades, levando em conta os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, e, fundamentalmente, um projeto social que evidencie e dê sentido à estratégia científico-tecnológica".

Mas, ainda que excedendo os alcances desta exposição, temos que ressaltar a urgência de uma ampla visão que cubra tanto as técnicas que apontam para resolver com eficácia nossas relações com o mundo objetivo (técnicas instrumentais), as que apontam para estruturar o mundo social (técnicas organizativas e políticas) e as que permitem aos indivíduos reconhecerema si mesmos como sujeitos (técnicas comunicativas e do eu, Habermas, Foulcault).

Na América Latina, ameaçados por um tipo de desenvolvimento que realiza a utopia de dominação das burocracias corporativas que se escalonam hierárquicamente em todo o planeta, temos que detectar os níveis tecnológicos mais definitivos:a supervalorização das técnicas instrumentais - típica do modo de

pensamento dominante - tem ocultado a importância de outras, em especial das técnicas que asseguram o acesso às instâncias do poder.

O objetivo deveria ser adaptar as tecnologias, de maneira a fomentar a participação, a capacitação e o controle político de todos os habitantes. Partindo, além disso, da premissa de que uma comunidade não é simplesmente um agregado de pessoas, e muito menos a soma de suas opiniões individuais, é fundamental multiplicar as tentativas de organização , protesto, e criação. Por isso concordamos que para fazer frente ao problema fundamental da concentração de poder- que hoje é o eixo de toda a ordem instituída- devemos passar das formas democráticas formais, a uma democracia participativa, baseada em estruturas locais. "Porque em última inst^ancia, a crise ambiental somente poderá ser resolvida através da participação direta e decisiva das pessoas e das comunidades locais na busca de soluções à dita crise" (Nicolas Hildyard).

Portanto, como as técnicas para governar indivíduos-que condicionam sua conduta em todas as esferas da vida social-se inscrevem no processo de "fabricação dos indivíduos" o ponto importante será saber " em que forma, e através de que canais, apoiando-se em quais discursos o poder chega até as condutas mais tênues e individuais". (Foucault)

AUTOGESTIONAR A CRÍTICA E AS ALTERNATIVAS

O modelo de desenvolvimento, expandido em todo mundo, se baseia em um deslocamento do poder, despojando a sociedade e mais ainda, os indivíduos, do controle de suas condições de vida. Os vínculos mais complexos tem sido usurpados por estruturas burocráticas, contrariando uma concepção ecológica baseada na complexidade e variedade, e que procura a simplificação e a homogeneidade na medida em que isso facilita o seu domínio.

A vigência atual de uma perspectiva ecológica e social, faz da ecologia social uma das disciplinas mais aptas a reforçar nossa crítica à atual da ordem social. Esta vigência tem facilitado a emrgência de um movimento ao mesmo tempo crítico e alternativo, que atravessa amplos extratos da sociedade contemporânea. A alienação alcança não somente os pobres em termos de sobrevivência, como também os relativamente acomodados,por'em, cada vez mais conscientes de outras pobrezas e carências. A ordem dominante começa a perder a lealdade, não somente da parte de seus jovens, como tamb'em de vastos setores sociais que em última inst^ancia lhes serviram de apoio.

A insatisfação, ainda que majoritariamente passiva, é mais ou menos evidente. No recente episódio do desaparecimento do conflito Leste-Oeste, e sua conversão em relação complementar, gerou uma ilusão de tranquilidade de muito curta duração. A Guerra do Golfo Pérsico nos devolveu grosseiramente à realidade. E o que fica descoberto é o desequilíbrio Norte-Sul, e a dependência firmemente estruturada que garante a hegemonia indiscutível das grandes potências associadas. As verdadeiras razões de guerras, invasões, ameaças e bloqueios se mostram desnudas. Os choques ocorrem entre interesses econômicos e estratégias pelo controle e acesso aos recursos não renováveis ou escassos, e mostram a cínica hipocrisia de todas as partes.

Uma alternativa radical, ecológico social, pode ter uma oportunidade se formos capazes de estruturá-la e organizá-la de maneira autônoma, e traçando alternativas que se mantenham fora do âmbito das soluções impostas pelo poder.

Fica assim evidenciado,e tem sido esclarecido a partir de uma ótica ecológica incontestável, que o pretenso bem estar conseguido através da injustiça e baseado na depredação dos recursos naturais, conmduzem a conflitos inevitáveis e adesastres ambientais. Por outro lado, a administração das matérias primas por parte dos fantoches do capital (nos países dependentes, assim como a transferência de dejetos e atividades contaminantes a estas regiões, aliado ao uso do poderio militar para controlar os recursos alheios, é a maior ameaça que a humanidade tem enfrentado.

Sem origem, esta situação é um processo que começou minando e dominando a resistência do mundo agrário tradicional a uma economia de mercado, assim como às culturas autóctones que ainda hoje mantêm essa resistencia, temos que encarar um projeto de recolonização da Terra segundo pautas ecológicas e socialmente apropriadas. A prioridade

então, se centra na tarefa de reconstruir, não no sentido de voltar ao passado, mas sim no de retomar à construção de uma sociedade autônoma e autosustentada, a partir de um rico tecido associativo que assegure a participação e a gestão dos envolvidos em cada ecosistema e na pluralidade de atividades que constituem a vida social de cada comunidade humana.

Para isso temos que nos preparar, para exercitar a capacidade de gestão a partir de seus fundamentos. Isto destaca a importância de desmontar os hábitos intelectuais, que condicionam e modelam nossa experiência individual, determinam a sensação de proximidade ou distância, implicação ou desvinculação em relação aos problemas ecológicos e sociais. As ameaças mais significativas são vividas como distantes, no espaço e no tempo. As catástrofes são definidas como acidentes, e atraem fugazmente a atenção, eliminando sempre da percepção, os antecedentes e as falhas infra-estruturais que as causaram. O manejo da informação geralmente aumenta esse tipo de percepção alienada ou aumenta o sentimento de impotência. Percepção e vontade se reduzem à mera esfera individual atomizada e sem solidariedade.

Por tudo isso, é necessário o acesso à informação independente e, também, à criação de formas de pensar ‘e aprender ecologicamente, tanto individual como coletivamente. Uma visão individualista e linear de causa/efeito, típica do condicionamento a que são expostos os cidadãos do mundo altamente tecnificado e urbanizado, resulta totalmente insuficiente.

Também o movimento ecol'ogico contribuiu com seu lema -"Pensar globalmente,agir localmente"-a cultivar uma concepção parcialmente correta. O pensamento e o discurso se projetam globalmente, ficando a açaõ confinada a instâncias e sujeitos que não atinjem a propagação de ações diretasenfocadas nos problemas locais. Outra vez, pensamento e ação se desagregam, sem retroalimentação.

Nos últimos tempos, parece estabelecer-se um processo decisivo, que leva do Meio-Ambientalismo, o Conservadorismo e a Ecologia como ciência acadêmica à Ecologia Social. Daí surge um planejamento distinto das formas instituídas. Formas que aparecem como cúmplices e parte do desastre ecológico e social que enfrentamos. Os movimentos antinucleares e ecologistas estão desafiados a romper o espaço hierarquizado e híbrido, no qual se assenta o fazer político. Também é exigida pela consciência da impossibilidade de um crescimento ilimitado, em um mundo de recursos finitos, de onde vem a necessidade de uma outra concepção econômica, ecológica e solidária. O postulado de outro desenvolvimento, um desenvolvimento "de toda a pessoa e de todas as pessoas",

contraposto ao produtivismo e ao consumo sem limites, característica dos modelos de vida impostos, vão tomando força a níveis teóricos e científicos, assim como também alimentam as bases de muitos dos "novos movimentos sociais".

A inquestionável presença da crise ecológica incide sobre todos os níveis, desde os meios de informação aos aparatos políticos clássicos -tanto de direita, como de esquerda. O perigo agora reside no fato de que os poderes estabelecidos modernizam rapidamente seu discurso legitimador, e tentam fundamentar "ecológicamente" o mesmo modelo de produção e consumo. Mas a inclusão desse discurso global em nada altera as condições reais, nem apresenta possibilidades concretas de mudança. Além disso, conduzem à aceitação passiva e resignada, entre outras coisas pela dimensão dos problemas globais, e pela ausência de instrumentos de real participação da "clientela política" representada por essas instâncias estabelecidas.

ABRIR NOVOS CAMINHOS

A partir dessas idéias surgem tarefas para a construção dos caminhos que deverão conduzir-nos a pensar e a atuar, tanto local como globalmente.

A encruzilhada em que nos encontramos nos reclama um trabalho amplo e totalizador:

-Estabelecer uma ordem de prioridades, em função de uma visão multi e transdisciplinar,centrada na atenção às necessidades humanas;

-Relacionar entre si os diversos problemas ecológico-sociais, atentos às circunstâncias culturais, históricas e geográficas, defendendo a diversidade em formas tanto coletivas como individuais.

-Propor e promover soluções e experi^encias alternativas pertinentes, em qualidade e dimensão, emt todos os aspectos da vida social e em todas as dimensões biorregionais.

-Alcançar uma presença social adequada, procurando a maior riqueza organizativa, desde a base aos níveis de maior complexidade social, estabelecendo ligações práticas e culturais entre todos os movimentos sociais. O horizonte organizativo deverá abarcar tanto os níveis temáticos como os geográficos.

Articular-se como organismo, de maneira a expressar-se e intervir politícamente, de modo a incidir globalmente sobre a real dimensão dos problemas que enfrentamos.

Mesagem de Ecotopia Latino-americana 92

Descobrir nossa América e criar nosso futuro

Documento elaborado durante el campamento de Jóvenes realizado en EcoComunidad, Montevideo, Uruguay. Y organizado por REDES-Amigos de la Tierra Uruguay.

Grupo Pre-Comunitario Córdoba, Argentina

ADFG-Amigos da Terra, Porto Alegre, Brasil

Grupo de Acão Direta, Rio de Janeiro, Brasil

Amigos do Meio Ambiente, Caraçinho, Brasil

Instituto de Ecologia Política, Santiago, Chile

Grupo de Acción Ecológica Juvenil, Santiago, Chile

Comunidad Svanholm, Dinamarca

Sobrevivencia - Apoio Integral a Comunidades Nativas u Ecosistemas, Asunción, Paraguay

Centrum för kooperativa studier-Comunidad, Estocolmo, Suecia

Jordens Vänner-Söder, Estocolmo, Suecia

EcoComunidad, Montevideo, Uruguay

Grupo Juvenil de Acción Ecológica - REDES - Amigos de la Tierra, Montevideo, Uruguay

e outros

EL DESEMBARQUE DE UM MODELO cultural que carregou consigo a destruição dos ja existentes, determina nossa realidade.

A manutenção desses modelos resulta que hoje estejamos ante uma situação de desequilibrio ecológico e social que ameaça o futuro do planeta.

Nos, como jovens em busca de uma alternativa de desenvolvimento, acreditamos que o ser humano, para satisfazer suas necessidades, estabelece relações com outras pessoas e com o meio que o rodeia. Estas relações estão acompanhadas de valores que comportam uma ética. E é a ética o sustento da estrutura social que as pessoas criam para se organizarem.

A estrutura da sociedade em que estamos imersos determina uma distribuição não equitativa do poder. Isto se manifesta nas relações hierárquicas de exploração, autoritárias, e competitivas que em nada satisfazem as necessidades humanas. Em uma sociedade competitiva, a falta de igualdade de condições, em relação a recursos e informações aos quais as pessoas possam recorrer, deixa bem claro a hipocrisia deste sistema. Uma ética que fomenta este tipo de relações impede o surgimento de outros tipos de estruturas sociais.

Imersos na crise desta cultura decadente, nos, jovens que participamos desse Encontro, assumimos o desafio de promover a criação de novos valores que sejam a coluna vertebral de novas culturas. que, por sua vez, sejam solidarias, mais humanas, que levem ao desenvolvimento de todas as pessoas e de toda a pessoa, que sejam capazes de recriar o equilibrio dos seres humanos entre si e com a natureza. É por isso que propomos a busca de uma ética que possibilite que as pessoas, de forma justa, recuperem a capacidade de decidir em todos os planos de suas vidas. Isto implica que, na necessidade de agrupar se com outros, o ser humano deve estabelecer relações solidarias que possibilitem a participação de todos. Para isso, e necessário assumir o compromisso de ser responsavel na relação com o outro, dos outros entre si e com o meio. O que implica que, em meios diferentes, se desenvolvan culturas distintas.

Quanto aos instrumentos que o ser humano utiliza para lograr o que propõe, e fundamental recriar e difundir tecnologias socialmente apropriadas que permitam uma real participação de todos e que seja compativeis com o meio ambiente no qual se desenvolvem.

Fazendo uma breve análise da realidade, aparecem claramente quatro aspectos que caracterizam a relação que se estabelece a partir de distribuição desigual do poder. Estes quatro aspectos são **a Dominação, a Dependência, a Opressão e a Exploração.**

DOMINAÇÃO

O que hoje conhecemos como "relações Norte-Sul", teve início, na América Latina, com a expansão européia ha quinhentos anos. Ao impor-se ssa cultura nas Américas, perpetuou-se um sistema de dominação baseado no saque dos recursos naturais e no exterminio das diferentes culturas.

Este esquema de relações se dá a ni vel mundial entre as duas partes e se instala dentro de cada uma. No Sul, os grupos que estão nos ambitos do poder, dominam, assim. aos demais.

Dentro deste plano de dominação que o Norte impõe, se instrumentalizaram as mais diversas propostas de estruturação econômica e política. A última proposta da administração Bush, a *Iniciativa para as Américas,* e mais outra expressão dessa intenção. Esta Iniciativa tem duas facetas: uma, publicamente difundida, consiste em uma proposta-tentativa para as administrações latinoamericanas, consistindo em enganosa solução da "Dívida Externa", pois em lugar de resolvê-la, busca uma forma de perpetuá-la: em um segundo momento, que não esta explícito, tem o objetivo controlar e anular possíveis mudanças sociais a partir da consciência e dos movimentos ecologistas, do que derrubar os velhos modelos supostamente alternativos da economia liberal. Ela traz como única alternativa de questionamento o modelo de desenvolvimento neo-liberal.

Com esta Iniciativa, pretende-se disfarçar a extração de recursos genéticos da América Latina e Caribe, criando-se reservas naturais sob o controle do governo americano através de algumas de suas organizações não-governamentais que submetem suas ações às condições impostas pelo Norte com o objetivo de de obter recursos financeiros.

Como alternativa a essa Iniciativa, promovida desde o poder dominação do Norte até o Sul, propomos:

- não aceitar uma dívida que ninguem de nos contraiu e rechazar violentamente a afirmação de que o nascido na América Latina já naça con 1000 dólares de dívida. Se afirmamos que essa dívida não existe, tampouco pode existir o perdão da mesma.
- rechaçar firmemente a troca da dívida por natureza por considerar que se usa como pretexto uma dívida que não existe para converter-nos na lixeira do Norte ou para perpetuar a dependência;
- contrapor a falsa Dívida Externa à Dívida Ecológica que os grupos dominantes do Norte contrairam com o Sul ao despojar-nos de nossos recursos naturais explorando e escravizando a maioria da população;
- desmascarar o objetivo de anulação do Movimento Ecológico;
- apoiar a Iniciativa dos Povos da América, promovido pelo Pacto Ação Ecológica da América Latina.

DEPENDÊNCIA

No Rio, os governantes reunidos seguramente se proclamarão a favor de salvar o planeta e livra-lo de poluentes. Para fazer a "limpeza" se fazem necessarias novas tecnologias "limpas". 0 desenvolvimento destas tecnologias implica grandes investimentos que somente as grandes corporações multinacionais estão em condições de fazer. Para isso ja estão trabalhando neste sentido e o produto deste trabalho e o que se mostrara na Feira das Tecnologias de São Paulo, que se realizará no mesmo periodo do encontro do Rio.

Por meio de acordos internacionais e sistemas impostos, na CNUMAD se promoverá a difusão destas tecnologias que estão em mãos das grandes corporações do Norte. Por implicar, sua instalação, em uma grande inversão de capital, para que estas tecnologias se transfiram no Sul, deverão surgir novas formas de financiamento que darão continuidade a independência econômica e tecnológica dos paises do Sul em relação ao Norte. É por isso que pensamos que estes tipos de tecnologias não são apropriadas para os paises do Sul.

O desenvolvimento da biotecnologia implica o saque de informação genética, que faz o Norte sobre o Sul, e, na monopolização do comércio de especies geradas através de manipulação genética.

A aplicação da biotecnologia no campo, gera uma grande dependência tecnológica (com tudo que implica) e não soluciona em nada os problemas ecológicos, indo em detrimento da biodiversidade. Ademais, ignora-se quais são as consequencias a longo prazo de sua utilização.

A biodiversidade, assim como a diversidade cultural, e um patrimônio do Sul do qual o Norte esta tratando de apropriar-se. De fato, a grande Divida Ecológica que tem o Norte com o Sul em parte se deve ao saque, que se tem praticado nesta matéria.

Quanto a declarar a biodiversidade patrimônio da humanidade, não estamos de acordo, pois o Norte utiliza isto como instrumento para defender os seus interesses.

Propomos o uso de tecnologias que possibilitem um desenvolvimento ecológico, e socialmente sustentável, basado nas necessidades humanas e que gerem uma relação harmônica com o meio ambiente.

Tambem propomos, como alternativas para evitar as aplicações de biotecnologias no campo, o desenvolvimento de técnicas agroecológicas que ressaltem a biodiversidade buscando a estabilidade dos ecosistemas e sejam orientados a satisfazer, primordialmente, as necessi-

EXPLORAÇÃO

É necessário tomar consciência de qua quando nos referimos a "recursos naturais", estamos usando termos economicistas, pois, na realidade, estamos nos referindo a elementos naturais que, mais além de seu valor econômico, consistem em ecosistemas equilibrados.

A principal fonte de "recursos naturais" do planeta é o Terceiro Mundo. É aí onde se produz a maior parte dos alimentos para o mundo e, paradoxalmente, onde se padece de mais fome.

As comunidades locais, que são as que estão em contato direto com os recursos naturais, tem direito de decidir como os administrar e isto até hoje não tem sido reconhecido dentro de um modelo explorador que tem gerado um desajuste no equilibrio dos ecosistemas em cada região.

Este sistema se rege por um padrão econômico. O capitalismo criou ciclos de produção que não são compativeis com os ciclos ecológicos e isto faz com que os recursos naturais, chamados renováveis, corram perigos de extinção e, em alguns casos, cheguem ao esgotamento. As consequências disto são os grandes

dades da população antes que as do mercado.

Enquanto as tecnologias estejam em mãos dos que tem o poder, todos os recursos que gera o Sul serão utilizados para manter relações de dependência.

OPRESSÃO

Para a continuidade de uma estrutura social com tantos desequilibrios, a distribuição do poder, necessariamente, tem que manter mecanismos de opressão.

Em nossa cultura, estes mecanismos se apresentam em dois niveis, opressão armada e opressão ideológica. A primera se refere na intervenção militar nos conflitos sociais e ambientais, a nivel nacional e internacional. Exemplo disso é a defesa de interesses com relação aos recursos naturais dos que dependem deste sistema, por todos os meios, como sucedeu na Guerra do Golfo.

A monopolização e manipulação por parte dos centros de poder dos meios de informação é uma ferramenta fundamental para a opressão ideológica. A isto se soma um sistema educativo que doutrina as pessoas para uma cultura de massificação, de consumo e de depredação.

Propomos a desmilitarização da sociedade e, como um primeiro passo, reivindicamos a objeção de consciência frente ao serviço militar.

Tambem propomos a redistribuição dos recursos que o militarismo desperdiça.

Acreditamos ser conveniente descentralizar a informação e promover a criação de sistemas informativos independentes e em mãos das comunidades locais.

Rechaçamos qualquer tipo de imposição militar e imposição ideológica a nivel nacional ou internacional.

problemas ambientais, pois estamos eliminando certos elementos básicos que mantem o equilibrio ecológico.

Com este marco economicista, os seres humanos são considerados apenas como um recurso e, como tal, podem ser manipulados segundo as necessidades que imponham um modelo de desenvolvimento que só procura lucro.

Como consequência da urbanização, as cidades se transformaram em centros de consumo que exploram o campo. Com um trabalho mal remunerado, os pequenos produtores rurais tratam de retirar tudo o que podem da terra. E, quando esta já não da mais nada, se vêm obrigados a engrossar os cinturões de pobreza ou devastam novas regiões em busca de terra fértil para os cultivos.

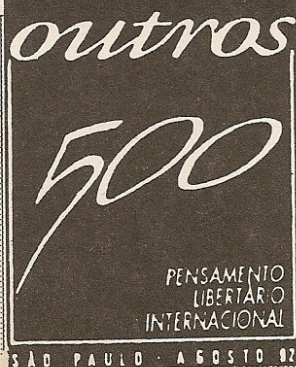
Propomos estimular a descentralização das cidades, promovendo o surgimento de unidades em escala humana que permitam as pessõas produzirem seus próprios alimentos e que facilitem o surgimento de novos sistemas cooperativos integrais que satisfaçam as necessidades básicas, e que devolvam a autonomia de decisão das comunidades locais.

Uma sociedade como a nossa, que não é capaz de coexistir com outras culturas, não pode manter nenhum tipo de equilibrio com a natureza. Neste sentido, acreditamos ser fundamental o respeito à diversidade cultural, que reflete a estabilidade do equilibrio dos seres humanos entre si e com a natureza.

Propomos a preservação da diversidade já existente e a promoção de novas relacões entre as pessõas e com a natureza, que gerem novas culturas harmônicas com o meio ambiente no qual se desenvolvem.

Compromisos

Levando em conta o anteriormente exposto e, havendo analisado o porque das consequencias dos problemas ambientais e sociais que nos afetam, nós, tanto jovens do Norte como do Sul, nos comprometemos:

- a encarar e promover alternativas tendo em vista solucionar estes problemas a nivel local e global;
- difundir e apropriar-nos de novos valores e das ideias aqui geradas:
- possibilitar a difusão dessas ideias aproveitando as redes existentes.
- atraves da rede de Granjas Ecológicas Terra do Futuro fazer real o intercambio de sementes, de informações e de conhecimentos;
- manter a comunicação em relação às atividades realizadas nos diferentes lugares onde atuam os grupos;
- sustentar uma rede de trabalho solidário;
- criar uma agencia de imprensa alternativa a serviço dos grupos aqui comprometidos;
- apropriar-se das tecnologias dos meios de comunicação e informação para a difusão de nossas idéias;
- realizar novos espaços de capacitação e encontro até a criação de uma nova cultura ecológica sustentavel.

Pensamiento libertario internacional

No momento em que se comemoram os quinhentos anos do pretenso "descobrimento" da América e a unificação da Europa, arma-se no Brasil, sob os auspícios da ONU, o gran circo ECO-92. Enetretanto, nós, os libertários, não poderiamos deixar sem resposta as mentiras propaladas aos quatro cantos do mundo pelos mercadores de canhões que hoje se arrogam o direito de policiar o planeta em nome do que passaram a chamar hipocritamente "Nova Ordem Mundial".

Nossa resposta ecoará através da realização, de 24 a 29 de agosto de 92, na cidade de São Paulo, do evento: OUTROS 500: O PENSAMENTO LIBERTARIO INTERNACIONAL. Com a participação dos mais significativos pesquisadores e divulgadores internacionais do pensamento libertário, objetivando promover uma ampla reflexão sobre as prespectivas e os mecanismos de desobistrução do cotidiano em todas as suas manifestações.

Já estão com presenças confirmadas os seguintes debatedores: Pietro Ferrua (Italia), Ruben G. Prieto (Uruguai), Ronald Craig (USA), Marianne Enckel (Suiça), Eduardo Colombo (França), Cornelius Castoriadis (França), Abraham Guillen (Espanha), Angel Capeletti (Venezuela), Miguel Angel Fernandez (Paraguai), Mauricio Tragtenberg (Brasil), Luiz Alfredo Galvão (Brasil), Ideal Perez (Brasil), Jaime Cuberos (Brasil), Roberto Freire (Brasil).

Além das mesas de debates o evento incluirá exposições e intensa programação cultural paralela.

A realização dos OUTROS 500 está a cargo das editoras Terra Livre e Archipelago, da Faculdade de Ciências Sociais da PUC, Fundação Cultural São Paulo e do Centro de Cultura Social São Paulo.

– Notas

A REESTRUTURAÇÃO do Círculo de Estudos Libertários do Rio de Janeiro (CEL) está completando 1 ano. As palestras e debates semanais, durante todo esse período, foram responsáveis por um notável salto qualitativo na organização do movimento anarquista do Rio de Janeiro. A frequencia nesses encontros, entre militantes e interessados pelo anarquismo, possibilitou uma série de outras atividades que antes não ocorriam por falta de contato entre os grupos. O informativo Libera... Amore Mio é hoje o veículo de maior periodicidade da imprensa anarquista no Brasil. Contatos para Caixa Postal 14576 - CEP 22412 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil -

FONTES CONFIÁVEIS informaram que cerca de 60 pessoas já foram ou estão internadas no Hospital Universitário do Fundão (UFRJ), para tratamento de doenças (principalmente leucemia) causadas pelo acidente nuclear de Goiânia. O rompimento da cápsula de césio, ocorrido em 1987, por negligência das autoridades responsáveis, é um assunto sepultado pela midia e pelo governo. A grande quantidade de lixo atômico resultante da limpesa da área contaminada, continua estocado provisoriamente em Goiânia, até hoje sem um destino definitivo. E bom lembrar que já se vão 5 anos neste 1992 "tão ecológico".

O MOVIMENTO anarquista do Rio de Janeiro e os companheiros dos demias estados do Brasil estarão presentes durante a realização da ECO-92. Foram programadas ativiades de rua, "performances", exposições e venda de material, além de encontros internos visando debater os temas e acontecimentos do tal evento. A cidade do Rio de Janeiro parece estar se preparando para uma guerra (35.000 seguranças). "Tudo" (ou nada) será aprovado ou recusado no grande circo da "cúpula" internacional e o evento paralelo das ONG's, promovido pelo Forum Global, corre o risco de se transformar numa grande "festa junina". Ao final do encontro faremos uma avaliação que será enviada aos companheiros do Brasil e do mundo.

JORNAL O MUTIRÃO - O Mutirão surgiu em março de 1991, com a proposta de ser um jornal anarquista de combate, engajado nas lutas camponesas e dos "sem-teto". Após esta fase inicial mais específica, o projeto foi se ampliando, principalmente em função desse ser o inico jornal anarquista do Brasil, nesse período. Com o fim da publicação do "Inimigo do Rei" o "Mutirão" é o ?nico que funciona de forma federativa, publicando matérias de todo o Brasil e até de outros paises.

Hoje, 1 ano e 5 exemplares depois, enfrentando sérias dificuldades financeiras, está rediscutindo a sua proposta. Os principais problemas são a falta de continuidade na colaboração do Movimento Anarquista Brasileiro em termos de produção de artigos e distribuição. Se esses são fatores básicos em qualquer publicação sua ausência pode ser fatal para um jornal anarquista.

Agora queremos retomar a proposta federativa -e de combate-começando pela própria casa: O Movimento Anarquista do Rio de Janeiro. Contatos para Caixa Postal 126049 - CEP 24250 - Niteroi/RJ

F L O R E S T A

R E S T A